



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

WANESSA RODRIGUES MARTINS

REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição

BELÉM

2019

WANESSA RODRIGUES MARTINS

REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, Campus Belém, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Agência financiadora: CAPES

BELÉM-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M379r Martins, Wanessa Rodrigues
Representação Arquivística : o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição / Wanessa Rodrigues Martins. — 2019. 80 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Representação Arquivística . 2. Descrição Arquivística. 3. Políticas Arquivísticas. 4. Conselho Internacional de Arquivos. 5. Conselho Nacional de Arquivos.
I. Título.

CDD 027.00218

WANESSA RODRIGUES MARTINS

REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, Campus Belém, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

DATA DA AVALIAÇÃO: __/__/__

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros
(Orientador-UFRGS)

Profa. Dra. Franciele Marques Redigolo
(Avaliadora interna - UFPA)

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
(Avaliador externo - UNB)

BELÉM
2019

À Mãe! Por ser um porto seguro! Por me ajudar a tornar mais esta jornada realizável.

AGRADECIMENTOS

São incontáveis as razões para agradecer! Especialmente quando se é surpreendido em um caminho não planejado, mas tanto quanto feliz... Assim se fez a Arquivologia pra mim. Assim se faz a Ciência da Informação na minha história.

Quero agradecer, em especial e primeiramente, à minha mãe, Elzilene Rodrigues Martins Pereira, por ser minha maior motivadora! Por seus incontáveis esforços! Por sua benevolência e gratiosidade! Por ser minha mãe!

Ao meu orientador, Thiago Henrique Bragato Barros, por ter me apresentado à pesquisa desde a iniciação científica e acreditado em mim desde lá. Muito obrigada, professor, pelo incentivo, instrução e direcionamento em mais esta fase.

À professora Franciele Marques Redigolo pelas contribuições tão significativas e determinantes desde a graduação até aqui. Obrigada pelo carinho e disponibilidade!

Agradeço ao professor Renato Tarciso Barbosa de Sousa que tão generosamente aceitou nosso convite e desde a qualificação tem me ensinado tanto! Muito obrigada, professor!

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPA

Aos amigos adquiridos na primeira turma de mestrado deste programa: Andréia, Alexandre, Cleide Dantas, Daniel Libonati, Diego Barros, Dóris, Valdenise César, Sandra Rosa e Kátia Martins! Como foi gratificante e prazeroso nosso convívio e compartilhar de informações, conhecimento e vida! Uma honra pra mim, queridos mestres! Muito orgulho e gratidão em fazer parte de mais esse pioneirismo!

À nossa secretária, Eunice, pela sua presteza e auxílio sempre constantes

Agradeço aos familiares e amigos por todo apoio e incentivo. Obrigada especialmente pelo amor revestido em cuidado.

À CAPES pelo auxílio e financiamento desta pesquisa. Muito obrigada!

E àquEle que sustenta todas as coisas por Sua palavra poderosa... Minha infinita gratidão!

“A democracia nunca está pronta. A democracia é algo que a nação precisa estar sempre fazendo.”
(Archibald MacLeish, 1892-1982)

RESUMO

A representação da informação, na Arquivologia, é compreendida como um processo de organização constituído de várias fases, dentre estas: avaliação, classificação e descrição. Centra-se na representação focando na atividade de descrição arquivística, pois reconhece que esta, sendo uma atividade de pesquisa e que busca, nas minúcias do conteúdo e contexto documental, representar as informações contidas em arquivos mediante instrumentos de pesquisa, precisa ser apropriada pela realidade dos arquivos nos âmbitos públicos e privados desses. Desse modo, o propósito dessa pesquisa é verificar a possibilidade de se obter parâmetros teóricos e metodológicos, através do CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) com vistas à proposição de diretrizes políticas de descrição. Possui como objetivos específicos analisar teórica e conceitualmente o conceito de descrição na Arquivologia; apresentar o CIA e o CONARQ, bem como suas respectivas publicações concernentes à descrição arquivística e identificar elementos teórico-conceituais e práticos capazes de subsidiar a criação de políticas de descrição em arquivos. Pesquisa qualitativa, de caráter documental e orientação descritiva, iniciada mediante exploração da literatura concernente aos temas por meio de livros e bases de dados, pelos descritores: “representação da informação”, “representação arquivística”, “descrição arquivística”, “políticas públicas”, “políticas públicas de informação”, “políticas Arquivísticas” e os sites do CONARQ e CIA. Os resultados revelam uma gama de produtos e instruções normativas capazes de fornecer suporte e subsídios para a elaboração de políticas de descrição em arquivos. Conclui-se, de acordo com os resultados encontrados, que a descrição Arquivística, vista da perspectiva da representação da informação e sustentada por políticas de descrição Arquivística configura-se um meio facilitador para a organização e representação em arquivos, não representando um fim em si.

Palavras-chave: Representação Arquivística. Descrição Arquivística. Políticas Arquivísticas. Conselho Internacional de Arquivos. Conselho Nacional de Arquivos.

ABSTRACT

The representation of information in Archival Science is understood as a process of organization consisting of several phases, among them: appraisal, classification and description. It focuses on representation focusing on the activity of archival description, since it recognizes that this, being a research activity and that seeks, in the detail of the content and the documentary context, represent the information contained in archives using research instruments, and needs to be appropriated by reality of the archives in the public and private scope of these. In this way, the purpose of this research is to verify the possibility of obtaining theoretical and methodological parameters, through the CIA (International Council of Archives) and CONARQ (National Council of Archives) with a view to proposing political guidelines of description. It has as specific objectives to analyze theoretically and conceptually the concept of description in Archivology; present the CIA and CONARQ, as well as their respective publications concerning the archival description and identify theoretical-conceptual and practical elements capable of subsidizing the creation of description policies in archives. Qualitative research, of a documentary nature and descriptive orientation, initiated by exploring the literature of the literature concerning the themes through books and databases, by the descriptors: "archival representation", "archival description", "standards of description", "policies archives" and the CONARQ and CIA websites. The results reveal a range of normative products and instructions that can provide support and support for the development of policy guidelines in file descriptions. It is concluded, according to the results, the archival description, seen from the perspective of information representation and underpinned by policies of archival description is a kind of facilitator for the organization and representation in files, and does not signify an end in itself.

Keywords: Archival Representation. Archival Description. Archival Policies. International Council of Archives. National Council of Archives.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Definições acerca do conceito de descrição arquivística	38
Quadro 2 - Definição de conceitos básicos sobre políticas públicas	48
Quadro 3 - Instrumentos de política pública	49
Quadro 4 - elementos metodológicos e práticos para a Descrição Arquivística	69
Quadro 5 - elementos normativos para instrução quanto à Descrição arquivística	70
Quadro 6 - Atores em políticas públicas	71
Quadro 7 - Processo das políticas públicas	72

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - O problema.	46
Figura 2 - Principais características do AtoM.	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIA/CBPN	Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTNDA	Câmara técnica de normalização e descrição arquivística
DACS	Describing archives: a content standards
GDA	Gestão de documentos de arquivo
GEDA	Grupo de especialistas em descrição arquivística
ISAAR (CPF)	Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias.
ISAD(G)	Normal geral internacional de descrição arquivística
ISDF	Norma internacional para descrição de funções
ISDIAH	Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
MODS	Metadata object description schema
NOBRADE	Norma brasileira de descrição arquivística
RAD	Rules for archival description
RiC	Records in context
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DOS ARQUIVOS.....	18
2.1 ARQUIVOS E SOCIEDADE	22
2.2 DISCURSO E MEMÓRIA: configurações entre o <i>dito</i> e o <i>não dito</i> ...	24
3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: aspectos teórico-metodológicos.....	31
3.1 REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: análise de uma função	35
3.2 NORMALIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA: a padronização da estrutura	40
4 POLÍTICAS PÚBLICAS: subsídios para organização e representação da informação	44
4.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	44
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA.....	51
5 RESULTADOS	57
5.1 O CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA): MISSÃO, OBJETIVOS E NORMAS	57
5.1.1 O <i>Software</i> aberto de descrição do CIA: Ica-Atom (International Concil of Archives– Access To Memory)	63
5.2 O CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ).....	66
5.3 ELEMENTOS PARA SUBSIDIAR A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS A PARTIR DO CIA E DO CONARQ	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

Para Koche a Ciência é como um “processo de investigação que se interessa em descobrir a relação existente entre os aspectos que envolvem os fatos, situações, acontecimentos, fenômenos ou coisas” (2011, p. 106). A Ciência da Informação tem desenvolvido ao longo dos anos, especialmente a partir dos anos 1960, métodos de organização, controle, mediação e acesso a informação.

Áreas afins como Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, compartilham objetos de investigação relacionados à informação – em uma relação interdisciplinar onde busca como ciência pura e aplicada investigar não “[...] apenas fatos, mas dúvidas que são levantadas a partir de determinados fatos” (KOCHE, 2011, p. 106).

A descrição foi abordada pela primeira vez, como parte constituinte do processo de organização e controle aos documentos, no Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos produzidos pelos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin em 1989 (BARROS, 2014).

Desse modo a função - descrição arquivística - confunde-se com o surgimento da própria arquivística, enquanto disciplina científica, ocorrido nas últimas décadas do século XIX e que é marcada pela publicação do referido manual. Mas, estudos teóricos e metodológicos sobre o termo, só começariam a ser desenvolvidos a partir da década de 1950, com o arquivista americano Theodore R. Schelleberg.

Esse manual trás a noção da característica orgânica dos arquivos, especialmente os institucionais, revelam os acontecimentos gerados a partir das relações sociais.

Embora muito se tenha alterado, no decorrer do tempo, quanto aos consensos referente à naturalidade orgânica da produção de documentos e da proveniência com o entendimento da multiproveniência que um fundo de arquivo pode ter, como cunhado por Terry Cook (2012; 2017), dentre outras questões, não se nega a essencialidade dessas primeiras produções, pois são bases para que hoje se possa discutir sobre esses temas citados.

Portanto, reafirma-se que a função de descrever está disposta na

Arquivística desde sua gênese mediante manuais e instrumentos para descrição. No entanto a Arquivística dos manuais, em menos de um século de fundação, se tornaria a Arquivologia das normalizações. Este é o lugar no tempo e espaço que se delimita adentrar e explorar nesta pesquisa, para tanto contou com a bibliografia de diversas formas como os livros de referências como Schellenberg (2006; 2015), Eastwood (2016), Rousseau e Couture (1998), Delmas (2010), Herrera (1991), Duranti (1993) Barros (2014), artigos científicos como os de Tognoli (2012), Yeo (2016), Jardim (1995), e a tese de Silva (2012).

De acordo com o que se põe os fatos que se apresentam referem-se aos padrões normativos de organização e representação criados pelo Conselho nacional e internacional de arquivos nos últimos trinta anos. Gueguen; Fonseca; Pitti e Grimouard (2013) membros do Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA), criado pelo CIA, afirmam que “a compreensão sobre a descrição arquivística tem continuado a evoluir desde que o CIA formalmente abraçou desenvolvimento de normas como parte de sua missão, em 1989” (p.101).

Até esse período, final dos anos 1980, já havia intenções, ainda que timidamente, de estabelecer padrões de organização nos arquivos. Um passo crucial para isso acontecer foi a reconfiguração do objeto de estudo da Arquivologia enunciado por Rousseau e Couture (1998), passando de documento de arquivo à informação orgânica. E compreender que a informação, desde sua criação, como em um todo orgânico, é passível de organização e controle, descrição e acesso, primeiros reflexos de uma Arquivologia pós-moderna.

Tognoli (2012) contextualizando a representação na Arquivística contemporânea resume que a “Arquivística desloca, portanto, seu foco do conjunto de documentos para os contextos social, organizacional e funcional em contraste com a criação” (p. 85), esta nova fase desprende-se de seu caráter “conteudista” e procura se aproximar das relações orgânicas institucionais/administrativas. E acrescenta que “o ato de representar deve seguir um fluxo dinâmico” (p. 85).

No que se refere à realidade brasileira a prática da descrição ainda se concentra nos primeiros instrumentos de pesquisa, guias, catálogos e

inventários. Com o advento das normas muitas instituições têm aderido a essas novas maneiras de representar. A Norma Brasileira de Descrição arquivística (NOBRADE) é a mais conhecida e utilizada, pois reflete uma descrição mais geral do acervo ou fundo de arquivo.

Sobre a temática - políticas públicas - em Arquivística existem muitos trabalhos desenvolvidos principalmente nos últimos trinta anos no Brasil devido ao processo de redemocratização ocorridos na década de 1980 e como contributo á isso a promulgação da Constituição de 1988.

Com este pano de fundo parte-se da compreensão de que as políticas de arquivo existentes no Brasil correspondem, em sua maioria, à Gestão de Documentos de Arquivo (GDA), e isto é de fundamental importância para o controle e tramitação das informações arquivísticas geradas.

No entanto, não compreendem todo o processo de gestão e representação, que como compreendemos abarca todo o ciclo do tratamento documental perpassando pelas idades corrente, intermediária e permanente.

Uma política de arquivos que não envolve a descrição é incompleta do ponto de vista da Representação Arquivística. A descrição, atividade de pesquisa desenvolvida após o recolhimento à fase permanente, pretende aprofundar o processo de representação que a documentação já vem recebendo desde a avaliação e a classificação.

A presente pesquisa justifica-se por entender que as ações posteriores à GDA, como a descrição e arranjo documental, de igual modo, necessitam de políticas públicas que versem sobre elas para que o processo de tratamento, organização e acesso à informação seja completo, perpassando por cada uma das fases do ciclo de vida dos documentos.

Desse modo, o problema que se propõe consiste em analisar, a partir do entendimento da Representação Arquivística, como e quais ações desenvolvem o ICA e o CONARQ, enquanto atores estratégicos, para subsidiar a discussão de políticas de descrição arquivística no contexto brasileiro.

O objetivo geral consiste em verificar a possibilidade de se obter parâmetros teóricos e metodológicos, através do CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), com vistas à proposição de diretrizes políticas de descrição.

Os objetivos específicos se propõem a:

- 1) Analisar teórica e conceitualmente a representação da informação com foco na descrição na Arquivística;
- 2) Discutir políticas públicas na Arquivística;
- 3) Apresentar o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), O Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ), bem como suas respectivas publicações concernentes à descrição Arquivística;
- 4) Identificar elementos teórico-conceituais e práticos capazes de subsidiar a criação de políticas de descrição em arquivos.

Pesquisa qualitativa, de caráter documental e orientação descritiva, iniciada mediante exploração da literatura concernente aos temas por meio de livros e bases de dados, pelos descritores: “representação arquivística”, “descrição arquivística”, “normas de descrição”, “políticas arquivísticas” e os sites do CONARQ e CIA.

Desenvolveu-se, inicialmente, mediante revisão de literatura sobre descrição arquivística buscando apresentar como esta se constituiu suas principais características e conceitos. Analisou-se o CIA e o CONARQ, enquanto atores políticos, suas produções e publicações por meio de consulta a seus respectivos sites. Delineou o percurso de cada uma destas instituições, da criação até o presente. Estudou e apresentou seus produtos e instrumentos como possível potencial à criação de políticas públicas voltadas à descrição arquivística.

Esta pesquisa se classifica como qualitativa, de caráter documental e orientação descritiva, desenvolvida com o objetivo geral de verificar a possibilidade de se obter parâmetros teóricos e metodológicos, através do CIA e do CONARQ, visando a proposição de diretrizes políticas de descrição.

Tendo sido iniciada mediante exploração da literatura concernente aos temas por meio de livros e bases de dados, pelos descritores: “representação da informação”, “representação arquivística”, “descrição arquivística”, “políticas públicas”, “políticas publicas de informação”, “políticas Arquivísticas” e os sites do CONARQ e CIA. A base de dados em que se realizou a pesquisa é a BRAPCI (*Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação*).

Não coube a esta pesquisa investigar a recorrência dos autores nem das revistas, mas sim um resgate dos principais trabalhos para o embasamento

teórico da representação da informação, descrição arquivística e políticas públicas. Este foi um dos meios utilizados para a realização da pesquisa, tendo a pesquisa bibliográfica sido de essencial importância para o desenvolvimento, aprofundamento e revisão teórica dos temas propostos.

No segundo capítulo desta pesquisa discutiu-se de maneira panorâmica questões sobre a memória, a cultura e o discurso, elementos debatidos ao longo do capítulo três, com vistas a demonstrar o potencial inerente aos arquivos e aos documentos ao passo que compreende o arquivo como ambiente portador destes elementos. Contextualizando, com este capítulo, aspectos concernentes à responsabilidade social dos arquivos.

A fundamentação teórica sobre representação da informação e descrição arquivística, que constitui o terceiro capítulo desta pesquisa e foi construído com o objetivo de alcançar o primeiro objetivo específico desta pesquisa deu-se mediante revisão de literatura. Para isto utilizou de textos consagrados na academia sobre a representação da informação, dentre estes destacam-se as autoras Brascher e Café (2008).

A partir disso puderam-se definir os conceitos de organização e representação da informação e do conhecimento para fins de diferenciá-los de modo a não confundir a utilização dos termos, pois identificou-se que há trabalhos que tratam de organização e representação do conhecimento mas, se encontram no âmbito da organização e representação da informação.

Em seguida aprofundou-se nas discussões teóricas e conceituais acerca da representação da informação e da descrição arquivística, pois se encontram no foco maior desta pesquisa e a descrição arquivística é uma das maneiras em Arquivística de se representar a informação.

Na seleção dos trabalhos indexados na BRAPCI optou-se pelos publicados nos último vinte anos, agregando-os à bibliografia tradicional que já se tinha em mãos, como as de Herrera (1991), Eastwood e MacNeil (2016), dentre outros.

Constituindo-se, ainda, de revisão sobre a normalização Arquivística, destacando seus aspectos constituintes desde a formação à atualidade. Dentre os autores a revisão teórica é construída com base em Herrera (1991), Yakel (2003), Oliveira (2013), Lopes (2013), Tognoli (2012) e Barros (2014).

O para a realização do segundo objetivo específico, que consistiu em

discutir políticas públicas na Arquivística, desenvolveu-se o quarto capítulo. Este capítulo analisou conceitual e teoricamente o tema das políticas públicas, inicialmente baseando-se no Direito com autores referencias na temática, a exemplo de Secchi (2013), Rodrigues (2010) quando se abordou acerca do problema público. Também agregou a essa revisão textos como de Kraft e Furlong (2013) que contribuíram para a compreensão dos elementos, instrumentos e processos das políticas públicas, como demonstradas nos quadros explicativos, bem como Amorim e Baullosa (2013) em que as autoras aprofundam a questão dos instrumentos de políticas públicas e dos formuladores desta.

Trabalhou-se com a síntese da compreensão de artigos e livros já citados em trabalhos sobre políticas Arquivísticas como os de Jardim (1995) e Indolfo (2013) e Barros (2014), como textos basilares.

Quanto à realização do terceiro e do quarto objetivo específico construiu-se o quinto capítulo, sob o título “Resultados”. Esse capítulo cumpriu o terceiro objetivo em que apresentou o ICA e o CONARQ, bem como suas respectivas publicações relacionadas à descrição Arquivística tornando possível cumprir o quarto objetivo específico mediante identificação de elementos teórico-conceituais e práticos capazes de subsidiar a criação de políticas de descrição em arquivos.

Para isso, realizou busca documental nos sites das respectivas instituições. Os documentos encontrados estão descritos no capítulo anterior e sua demonstração mediante quadros consta no capítulo seguinte que aborda os resultados desta pesquisa. Os sites disponibilizam de todas as suas publicações ao longo de sua criação. As normas desenvolvidas pelo ICA estão disponíveis no site www.ica.org.com no tópico de busca “Events & Resources” (Eventos e Recursos) na opção na opção “Online resources” (recursos online), nessa opção encontram-se disponíveis todos os padrões, artigos e guias já publicados pelo CIA desde sua criação em 1948.

No escopo deste quinto capítulo abordam-se as diretrizes normativas e não normativas referentes à descrição e representação em arquivos emanadas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e relaciona a possível aplicação e utilização dessas normativas como diretrizes auxiliaadoras e norteadoras para possíveis

elaborações de políticas de descrição em arquivos institucionais no contexto brasileiro. Apresentam-se os resultados desta pesquisa de modo sistêmico através de quadros representativos.

Com base na relação estabelecida entre os elementos encontrados a respeito das políticas públicas e descrição arquivísticas, apresentados no desenvolvimento desta pesquisa por meio do cumprimento de seus objetivos específicos, foi possível alcançar o objetivo geral desta, pois, com isso, verificou a possibilidade de se obter parâmetros teóricos e metodológicos, através do CIA (Conselho Internacional de Arquivos) e o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), com vistas à proposição de diretrizes políticas de descrição, como expresso anteriormente.

Compreende-se, diante da realidade de inexistência de políticas públicas em arquivos no Brasil, que a descrição, como um dos processos de representação nos arquivos, pode tornar a realidade menos caótica no que se relaciona à organização e ao acesso. Acredita-se que ações menores e conjuntas como, por exemplo, as de nível institucional, podem ter um efeito mais eficaz nesse entorno, com potencial para refletir significativas transformações no “todo” a respeito da organização e representação nos arquivos nacionais.

2 MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DOS ARQUIVOS

Que os arquivos¹ são representações das mais diversas relações sociais não há dúvidas, mas, o que se questiona, neste ponto da pesquisa, é como é possível torná-los parte influente e reconhecida em uma sociedade onde estes são desconhecidos por grande parte desta?

Faz-se necessário, inicialmente, compreender o que é cultura entrelaçando esse conceito, ainda que seja de difícil tarefa conceituar cultura, e à noção de memória. Desse modo, procura-se, por meio do referencial teórico, a seguir apresentado, responder a tal indagação nossa.

Garcia Gutiérrez (2008, p. 13), na obra *Outra Memória é Possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial* reflete sobre as tradicionais organizações do conhecimento/memória de arquivos e coleções que foram “metamorfoseadas em neocolonismos digitais” fazendo referências metafóricas às atitudes colonizadoras de construir muralhas e fortalezas sobre suas posses, evidenciando o desacordo da atual sociedade com esse antigo sistema. Sobre esse contexto, o autor declara:

Uma nova e necessária filosofia democrática da memória deve tentar a busca de outras ordens de diálogo, na troca e no reconhecimento de modalidades, das tecnologias disponíveis até os limites do imaginário. As fronteiras devem ser consideradas pontos de contato entre o mundo conhecido e a exotextualidade – espaço do desconhecido -, a condição de tradução, conhecimento e criação de mais mundo, de um passado inacabado, de mais pluralismo. (GUTIÉRREZ, 2008, p.13)

O que propõe o autor é uma ressignificação na maneira como se inscreve a memória, sua reformulação a um caráter de essência democrática, isto é, mais livre e alcançável, ao passo que os muros e fronteiras se transformem em novas experiências e aprendizados desfazendo uma lógica demarcacionista que tendia a limitar o ilimitado.

Ao tratar sobre passado e memória o autor em questão os conceitua da seguinte maneira:

¹Usa-se aqui o termo Arquivo para designar instituições com acervo arquivístico de acordo com a descrição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: “2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27)

O passado registrado não é um universo já completo, mas, pelo contrário, reconstruído em e por uma linguagem própria de cada época que o introduz em imprevisas derivas. A memória nada mais seria que uma soma complexa de linguagens e derivas em permanente heterogênesse em oposição à homogênesse artificial promovida pelos amantes de hegemônias e reduções. (GUTIÉRREZ, 2008, p. 13)

Para o autor o registro realizado (passado) conta com a linguagem disponível e os imprevistos do caminho, a memória, por sua vez, com os recursos intelectuais e materiais próprios a cada época por qual perpassa, desse modo, tem sua gênese não em um único lugar estático no tempo e no espaço, mas diversa, ampliada de acordo com o contexto e as novas descobertas.

Cabe destaque no texto em análise as motivações e visão do autor ao produzi-lo, pois não se trata de uma nova tecnologia para os arquivos, embora tecnologias sejam importantes, mas em:

[...] entender e articular as tensões entre o respeito e o direito à memória e a necessidade de uma transformação profunda de sua administração e seus usos, para além dos cenários de contemporaneidade tecnológica que com frequência restringe o pensamento. Nós vamos desenvolvê-lo resgatando da tecnologia, tão vital quanto arriscada para o conhecimento, o papel determinante das relações intersubjetivas, íntimas, secretas, menores, cotidianas, embora poderosas, visando a uma nova e autêntica democratização da memória que supere e inverta a ilusória e autocomplacente democracia promovida pelo tecnomercado. (GUTIÉRREZ, 2008, p. 14)

Dessas inovadoras compreensões apreende-se o desprendimento do que consensualmente é aceito e, mais ainda, passa-se a considerar elementos essenciais na cadeia da informação/memória/conhecimento, tais como esquecimentos, o (i) racional, isto é, aquilo que a priori é desprovido de lógica e razão, mas que desvencilhados dos pré-conceitos epistemográficos possuem significado.

Quando o autor usa o termo epistemografia também a define, como se vê:

A epistemografia representa um conhecimento em interação, isto é, não concentrando suas ferramentas nas estruturas e processos como instâncias puras, mas sim mais além, nas próprias interações. Pressuponho que é na interação, uma batalha entre sujeitos em situações enunciativas, onde residem o sentido, a cultura, o

conhecimento e também a memória. (GUTIÉRREZ, 2008, p. 42)

De acordo com o autor é na interação, no compartilhar mútuo do conhecimento, onde se estabelece sujeito e enunciado que instituem significação às coisas, onde se cultiva as relações culturais, ou seja, a epistemografia pode ser compreendida como o conhecimento em movimento dentro de um determinado contexto.

Na compreensão desse fato o que se expressa é a ideia de exomemória. Esta, em conformidade com Ribeiro (2012), é o registro externo desse conhecimento interativo, dessa memória e cultura. Circunscreve-se, portanto, na externalização da memória humana em suportes físicos ou digitais.

Na definição de García Gutiérrez (2001) exomemória consiste em compreender que:

Os pensamentos, experiências, sonhos, emoções e descobertas de acesso público, que é registrado em livros, jornais, fotografias, meios audiovisuais têm um lugar especial na nossa memória exterior, na exomemória. Essa localização é expressa através de normas e códigos desenvolvidos em complexos processos de mediação envolvendo elementos cognitivos aliados com outros não cognitivos que escapam do controle dos próprios mediadores. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2001, p.21; apud, RIBEIRO, 2012, p. 52)

Pode-se entender, nesse contexto, que as instituições arquivísticas são suportes maiores que comportam toda expressão representada de exomemória. Nesse ínterim, concernente ao transcurso do conhecimento e seus afins, o autor faz algumas considerações sobre a organização do conhecimento quanto à sua operação e aplicação em relação com o discurso, a memória e a cultura.

- 1) Quanto à operação, trata-se, como se sabe, não só de organizar como também selecionar, analisar, transcodificar discursos e oferecer acesso, ou mesmo, participação nas relações de registros digitais. Longe de serem assépticas, estas operações estão profundamente entremeadas.
- 2) Quanto à aplicação, trata-se não só de conhecimento como equivalente a saberes registrados ou exomemória como também de qualquer inscrição em bruto ou sobre a qual já se elaborou um discurso com teor determinado por condições e estruturas de produção predefinidas ou difusas: os seres humanos não só inscrevem o que sabem ou o que querem lembrar, mas também o que sentem, imaginam ou sonham. (GUTIÉRREZ, 2008, p. 42)

As questões concernentes à operação e aplicação do conhecimento, mencionadas por Gutiérrez, são presentes em todas as áreas que tem por objeto de estudo a informação, seja Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia. Na Arquivologia essa informação tem características que a distingue das demais. Destacando quando o autor cita o discurso, por exemplo, este está intrinsecamente relacionado, pois a informação registrada é dotada de intencionalidade e, portanto, não está dissociada de influência ideológica. Sobre essa questão aprofundaremos no tópico seguinte.

Por cultura enuncia:

Assim como a nacionalidade, a cultura se constitui na intimidade mediante apropriações de enunciados simbólicos que devem entrar em coerência a partir de uma busca, mais ou menos autoperceptível, de situações constantes de crise de personalidade ou de incapacidade do incorporado para resolver conflitos conjunturais ou transcendentais. Esta reconfiguração permanente de pensamento e atitudes interpreta ritos e regras adaptando-os a formas instas do ser, estabelecendo itinerários genealógicos na formação da identidade cultural impossíveis de mapear ou referenciar, georeferenciar, senão mediante generalizações, simplificações e mutilações. (GUTIÉRREZ, 2008, p. 100)

Em García Gutiérrez a cultura é semelhante à nacionalidade no sentido de ser parte direta e constituinte de um indivíduo, influenciando-o em seu modo de viver, aspectos estes que são indelneáveis, sendo, portanto, mais provável serem apontados de maneira indicativa e fazendo-se referência ao pertencimento.

Desse modo, discurso, memória e cultura são elementos essenciais e constituintes ao conhecimento humano, podendo, por vezes ser confundidos com o próprio conceito de conhecimento. Esses rudimentos, portanto, estão presentes e são passíveis de análise em cada fase da informação registrada.

Como expressão dessa compreensão e das afirmações supracitadas relaciona-se à realidade do que são e do que se constituem as informações arquivísticas.

Destarte, a questão desse “esquecimento”, indagada no início deste tópico, se justifica devido ao desconhecimento da sua existência, o que resulta no não reconhecimento de sua importância, seu papel determinante em gerar no indivíduo a noção de pertencimento e apropriação da história referente ao meio em que vive.

2.1 ARQUIVOS E SOCIEDADE

Para corroborar as afirmações acima se compartilha das compreensões e pesquisas do arquivista francês Bruno Delmas sobre o que são, do que e como se constituem e para que servem os arquivos.

Os arquivos têm a finalidade de ser uma âncora por meio da qual se assegura e garante a guarda, conservação e acesso à cultura e à identidade. Eles possibilitam a relação entre indivíduo-história.

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos [...] O acúmulo de relações cada vez mais densas e amplas aumenta de forma exponencial as necessidades e os usos de documentos preciosos para agir, negociar e viver. Os arquivos aumentam proporcionalmente a isso. (DELMAS, 2010, p. 20).

Muitas vezes parecem redundantes e ultrapassadas as ideias que se tem da função e utilidade dos arquivos. É de essencial importância. E uma das principais motivações deste trabalho é mostrar e reafirmar, provando cientificamente esta questão.

Os arquivos sevem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão, compreender é uma utilidade científica do conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social. Essas utilidades desenvolveram-se em paralelo, porém, cada uma delas sofreu transformações diversas dependendo das épocas, em razão da própria evolução da sociedade. Na Idade Média, a função de prova dos direitos era a principal causa da conservação dos documentos, enquanto a da memória ia se desenvolvendo. No Renascimento, aparece a função de compreender, que se desenvolverá continuamente enquanto a de identificar-se foi impulsionada, como sabemos só na época contemporânea. (DELMAS, 2010, p. 21).

Elencados esses aspectos o autor discorre sobre cada um deles situando-os na historiografia dos arquivos.

Delmas (2010) ao tratar da utilidade referente a identificar-se, que passou a ocorrer nos arquivos mais recentemente, meados do século XX, e das transformações políticas, sociais, econômicas, religiosas, familiares, dentre

outra, aponta para a perda das referências tradicionais como consequência dessas mudanças.

Sugerimos compreender estas “referências tradicionais” em associação semântica paralela à compreensão de “memória” definida por Gutiérrez (2008), apresentada acima, pois ambas fazem menções, isto é, apontam para a mesma direção: o registro da memória humana em suas mais diversas relações em diferentes épocas e lugares.

Estas referências trazem significado à existência na medida em que identificar-se está diretamente ligado à identidade do indivíduo e à memória, denominada por Delmas de lembrança social, tendo uma “função mais política e simbólica do que testemunhal”. (DELMAS, 2010, p. 41).

Delmas indaga se as perdas dessas referências tradicionais passadas de geração a geração de maneira cultural, e sob diversas formas (oralidade, escrita, costumes...) não seria a razão para as pessoas estarem procurando mais os arquivos como esta fonte de referências e significados. E Ressalta que “essa necessidade de identidade não é própria apenas dos indivíduos, todas as comunidades e os grupos sociais, particularmente os que se sentem ameaçados ou que são desestabilizados pela modernidade, têm um projeto similar.” (DELMAS, 2010, p. 46).

“Os arquivos constituem o “arsenal” do Estado, ao mesmo tempo instrumentos e testemunhos” (DELMAS, 2010, p. 50) sabe-se do desenvolvimento exponencial de nações que preservam e valorizam a sua história, raízes e cultura não permitindo que a mesma se apague, mas incentivando e investindo para que se perpetue. “Os arquivos servem aos regimes e aos novos Estados como meio de enraizarem-se no tempo, com mais solidez” (DELMAS, 2010, p. 51). O autor descreve esta afirmação em diversas experiências vividas, dentre elas a seguinte, afirmando que:

Não se deve acreditar que a necessidade de identificação esteja ultrapassada. Quando os Estados africanos ganharam sua independência, uma de suas primeiras preocupações foi a de estabelecer Arquivos Nacionais, o que os levou, em certos casos, a apaixonadas reivindicações de arquivos. Ao visitar em 1973 o Arquivo Nacional de Gana (anteriormente Gold Coast britânica), primeiro Estado da África subsaariana independente pós-segunda guerra (1957), eu vi, no hall de entrada de um prédio moderno, uma exposição permanente sobre as fontes institucionais do país, que não remontava nem às origens étnicas e tribais, nem à independência,

mas se aplicava em apresentar os fundamentos e os caminhos da história institucional por meio dos documentos e dos atos que haviam desenhado aos poucos a existência jurídica dessa antiga colônia britânica [...]. (DELMAS, 2010, p. 51-52).

Essa determinação de se reafirmar enquanto nação começando pela instauração de arquivos nacionais só evidencia o quanto um governo/povo pode ser comprometido com sua história e firmado em conhecer e fazer conhecida a sua história. Se os centros de informação brasileiros fossem mais incentivados, por meio de recursos e investimentos, e assim fizessem-se conhecidos, haveria uma possibilidade certa de uma nação muito mais voltada à educação e valores humanos.

A identidade é, de fato, o que uma comunidade divide entre seus habitantes, para saber o que ela é. A primeira herança dividida à qual cada um adere, apesar de tudo, porque nos é dada, é nossa história. Confundir essa necessidade de identidade nacional com os seus excessos, como o nacionalismo e o corporativismo, formas bastardas de um liame social, é negar a necessidade natural de todos esses laços sociais, sem os quais as sociedades se fraturam. (DELMAS, 2010, p. 53).

E como um manifesto: “Os arquivos são um desafio político.” (DELMAS, 2010, p. 53) justificado e assegurando que “disso decorre o seu poder e a necessidade de conservá-los, como também a sua rejeição, até a sua destruição por parte daqueles que não querem que a verdade seja conhecida.” (DELMAS, 2010, p. 53).

O presente tópico se ateve a evidenciar as causas por quais os arquivos são fundamentais à sociedade. De modo que as ações desempenhadas nestes, como abordadas no tópico sobre descrição, são pontes de acesso, como declara Herrera (2001).

2.2 DISCURSO E MEMÓRIA: configurações entre o *dito* e o *não dito*

A AD é uma perspectiva Linguística das manifestações do pensamento. Identificar os elementos constituintes de um discurso e categorizá-los era algo, até o início do século XX, inexistente na Linguística. A AD representa um marco, um momento de mudanças onde se insere uma nova forma de ver, analisar e entender a língua, (BARROS, 2015, p. 48-49).

A gênese da AD se deu em meados dos anos 1960 e se justifica pela incapacidade de a perspectiva conteudista suprir as necessidades da análise de texto, característica esta própria à Análise de Conteúdo. Seu “gesto inaugural foi empreendido neste duplo sentido: a construção de outro olhar sobre as práticas languageiras e o redimensionamento do objeto de análise” (ROCHA e DEUSDARÁ 2005, p. 305-306).

Orlandi destaca que a AD considera o homem em seu contexto histórico, os processos e as condições em que a linguagem é produzida, e isso pela apreciação do elo que se faz entre os sujeitos (falantes) e as situações (contexto em que se produz a fala). Desse modo, a AD se diferencia da linguística uma vez que se apaga a historicidade dos seus processos de análise. E essa questão – historicidade – é essencial à AD, pois o político e o simbólico não se dissociam da historicidade na análise. O discurso é um objeto sócio-histórico e trabalha a história e a sociedade conjuntamente. Assim, o discurso é a materialização da ideologia e, a materialização do discurso se dá mediante a língua. Dessa maneira a AD se dedica à compreensão da relação existente no tripé: língua-discurso-ideologia. (Orlandi, 2010, p. 16-17).

Moraes, Lima e Caprioli (2016) traçam de maneira sucinta o percurso teórico e conceitual da Análise do Discurso. Citando Fregonezi (2002) explicam que a primeira geração da Análise do Discurso, anos 60 a início dos 70, era calcada na questão que a linguagem era o meio pelo qual se podia intervir na sociedade, principalmente nos discursos políticos.

A evolução teórica da AD, segundo Moraes, Lima e Caprioli (2016, p. 77), é marcada por três fases, descritas na obra de Pêcheux “Análise Automática do Discurso” em 1983, a AD-1. Os autores dizem que se acreditava que o discurso era “estável e homogêneo [...] idêntico a si mesmo e diferente de outros” (MORAES, LIMA e CAPRIOLI, 2016, p. 77) nesse sentido se vê a ideologia imbricada no discurso por se analisar que a “lógica de que o discurso está submetido a regras específicas que ultrapassam o indivíduo e sua consciência” (MORAES, LIMA e CAPRIOLI, 2016, p. 78).

A AD-2, baseados em Fregonezi (2002, apud MORAES, LIMA e CAPRIOLI, 2016, p.78) observa-se que o autor traz consigo a temática da formação discursiva deixando de lado a questão da homogeneidade, passa-se a “caracterizar uma formação discursiva enquanto dispersão dos enunciados”

(FREGONEZI, 2002, apud MORAES, LIMA e CAPRIOLI, 2016, p.78). Esse, portanto, é um momento de transição em que não se vê muito bem o processo embora se saiba que um novo horizonte se abre à Análise do Discurso, essa nova perspectiva é a terceira fase denominada AD-3 com o interdiscurso.

A AD-3 traz consigo a perspectiva das diversas vozes imbricadas no discurso, a heterogeneidade discursiva, desse modo, a “polifonia passa a ser discutida na medida em que os enunciados de cada discurso levam a memória de outros discursos” (MORAES, LIMA e CAPRIOLI, 2016, p. 77). Dessa compreensão derivam duas perspectivas que são: a heterogeneidade enunciativa, no qual as vozes presentes no discurso estão evidentes e facilmente podem ser identificadas; e a heterogeneidade constitutiva que é quando as vozes constantes no discurso não estão explícitas e por isso não são identificadas sem análise/pesquisa prévia.

A heterogeneidade constitutiva dá origem ao que se chama em Linguística de *Interdiscurso*. O interdiscurso corresponde aos discursos que nascem entre o *Mesmo* e o *Outro* discurso. Originam-se nessa “brecha interdiscursiva”, são espaços que se abrem para a possibilidade de pôr em evidência e tornar conhecido o “não dito” no discurso, a ideologia existente no texto (MORAES, LIMA e CAPRIOLI, 2016, p.78).

O interdiscurso e os processos de enunciação são, segundo Pêcheux e Fuchs (1975, apud MORAES LIMA e CAPRIOLI, 2016), sequências de concessões em que o enunciado vai sendo construído e coloca em destaque o “dito” em detrimento ao “não dito”. Para os autores a enunciação é o estabelecimento de fronteiras que colocam o “dito” em evidência de modo a apagar o “não dito”. E esta enunciação que tem em vista legitimar o discurso do enunciador, o discurso escolhido para ser expresso em detrimento de outro é denominada de esquecimento número 2. Orlandi explica:

[...] ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada *ilusão referencial*, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser

assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. (ORLANDI, 2010, p. 35, destaque nosso)

Por sua vez o contrário desse processo é chamado esquecimento numero 1, é conhecido por constitutivo de subjetividade pois as expressões ideológicas são postas de maneira inconsciente de si mesma, como apresentados na pesquisa de Barros (2017), o autor destrincha os elementos discursivos não ditos nos textos que indicam a Arquivística como disciplina científica, traçando seu percurso teórico e conceitual ao longo do tempo ao passo que revela as questões constituintes imbricadas nos discursos como a influencia do Estado enquanto um dos geradores de informação Arquivística documentada e instituidor das instituições Arquivísticas (arquivo) ao seio social. Questões que a olho nu estão “apagadas” do discurso.

Nesse viés, o discurso é a materialização da ideologia por meio da língua. É o *modus operandi* de representar os ideais de um partido, uma instituição, uma área do saber, uma teoria, dentre outros por meio da linguagem discursiva.

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí então entra a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história. (ORLANDI, 2010, p. 19)

Orlandi evidencia que a Análise de Discurso não se propõe, a saber, tal qual a Análise do Conteúdo o que significa um texto, mas como um texto significa, por que ele significa algo, como se fez para que uma determinada significação estivesse nele ali representada e como o sujeito é atingido por esses fatores.

Por discurso pode-se dizer, segundo Orlandi (2010), que não se trata apenas de uma mensagem sendo transmitida, também não se pode confundir o discurso com o ciclo tradicional da comunicação em que se tem um emissor, receptor, código, referente e mensagem, há, nesse contexto (discursivo), uma

conjunção dentre os elementos que “[...] estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés da mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso” (ORLANDI, 2010, p. 21), explicados na sequência em que o sentido no discurso é construído a partir de seus sujeitos e relações desse com a linguagem e a história.

Corrobora-se às definições de Orlandi, acima mencionadas, a seguinte enunciação de Pêcheux:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerolítico miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. Não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação. (PÊCHEUX, 1990, p. 56)

É importante destacar o subjetivismo das análises discursivas em que tanto dependem de seu contexto quanto da visão e objetivo do analista em propor seu questionamento da realidade que se pretende conhecer “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (PÊCHEUX, 1990, p. 29). E a partir disso se constroem as representações.

Representações e descrições que segundo Michael Cook (2007, p. 126) “são interpretativas e não simplesmente sistemas neutros de indicativos”, estas considerações confirmam as de Pêcheux.

García Gutiérrez referindo-se ao caráter ilimitado do conhecimento e da memória faz uma analogia com um círculo e um espiral. O autor descreve:

Na hipótese da circularidade tudo é reversível, sempre se retorna ao início, como se os processos não estivessem sujeitos a intempéries. Aliás, o entorno muda os rumos e é exatamente nesta mudança onde reside a força da evolução. A hipótese da espiral explicaria melhor a circularidade dos processos, consoante com um devir necessariamente irreversível e aberto. O círculo gira sem parar. A

espiral engrena. Esta engrenagem é lubrificada pela causalidade, por um óleo que impede o fechamento do círculo efetuando um pequeno desvio em cada volta, a abertura forçosa da fronteira, um novo e inesperado engate, a mutação. A espiral nunca produz uma cópia perfeita porque o desvio localiza o processo em diferentes coordenadas que, apesar de tudo, tornam visível a volta anterior, a falsa marca do “último começo”. (GARCÍA- GUTIÉRREZ, 2008, p. 38)

Assim como ocorre no conhecimento, memória e discurso, assim também se reflete nas suas interpretações, resumos e descrições. Estas reformulações por quais perpassam são válidas pra sua permanência e ressignificação.

Margaret Hedstrom em estudo sobre os arquivos e a memória coletiva identificou que há um crescente interesse em arquivistas sobre pesquisar e desenvolver estudos sobre memória coletiva. Destaca ações por estes desenvolvidas em diversas partes do mundo, como no Canadá onde os arquivistas adotaram o conceito de “arquivo total a fim de diminuir a distância entre arquivos públicos e privados e incorporarem mídias de todos os tipos a instituições arquivísticas voltadas para documentos em papel” (HEDSTROM, 2016, p. 248), bem como nos Estados Unidos em que estratégias de documentação “tornaram-se um meio popular de imaginar como uma participação mais ampla na estruturação, planejamento e recolhimento de acervos arquivísticos [...]” (HEDSTROM, 2016, p. 248).

A autora destaca que estas ações e movimentos teóricos não foram inicialmente pensados pelo viés de memória coletiva, mas que estudos sobre memória coletiva podem servir de ajuda para “explicar o desejo manifestado na ciência arquivística por uma definição mais inclusiva do que constitui uma prova histórica” (HEDSTROM, 2016, p. 249).

Uma maior consciência de como funciona a memória coletiva ajudou a trazer para dentro dos arquivos uma missão social mais significativa e alinhá-los não só com a preservação do passado e com a produção da história, mas com as causas sociais de responsabilidade, justiça, formação de identidade e reconciliação. (HEDSTROM, 2016, p. 251)

Logo a compreensão da necessidade de memória coletiva aliada ou “cruzada”, como usa Margaret Herdstrom, com atividades especificamente arquivísticas abrem novos vieses como:

A maior compreensão do papel dos arquivos na formação da memória coletiva depende de que os documentos de arquivo sejam situados em relação a uma gama de outros dispositivos de memória e de que seja isolada a contribuição específica dada pelo arquivo nesse processo. (HEDSTROM, 2016, p. 248)

Trás a perspectiva de inter-relacionamento dos documentos com outras fontes de informação e dos arquivos com outras instituições de memória, este não está no centro, mas desempenha esse papel com outros “meios de transmissão de informação” (HEDSTROM, 2016, p. 242).

A autora adverte que arquivos e memória coletiva não são equivalentes. Ressalta que:

Os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos da memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitáveis e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória. Talvez os arquivos tenham seu máximo valor não quando a memória coletiva persiste, mas quando eles oferecem a única fonte de informação sobre acontecimentos e ideias há muito esquecidos, conhecidos por rumores, mas não por provas, ou reprimidos e mantidos em segredo. Em vez de afirmarem que os arquivos de uma nação são sua memória, ou que, sem o arquivo, não haveria memória, as arquivistas poderão se beneficiar de melhor compreensão de como os arquivos são mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidade em busca de memória. (HEDSTROM, 2016, p. 255)

Desse modo os pensamentos desafiadores, e ao mesmo tempo desconstrutores de Hedstrom, encaminham-nos a tecer a memória, a cultura e o discurso, elementos que vêm sendo debatidos neste capítulo, com vistas a considerar que sejam capazes de tornar possível e acessível esse potencial inerente aos arquivos e aos documentos.

Quanto ao discurso, igualmente discutido, representa, nesse sentido, a significação aos documentos e aos arquivos, pois estes passam pelo processo de representação para que possam ser compreendidos. Essa representação discursiva, de acordo com Foucault em *A Arqueologia do Saber* em que o enunciado é a materialização da informação. O enunciado exerce a função de descrição do conteúdo (discurso) dos arquivos.

3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: aspectos teórico-metodológicos

O conhecer científico está relacionado à análise de determinados fenômenos. A informação é um desses fenômenos e objetos de estudo comum a áreas como Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia, as relacionadas direta ou indiretamente como Comunicação, Ciência da Computação, Tecnologia da Informação, Data Science, dentre outras. As peculiaridades se evidenciam no campo da epistemologia e da metodologia, conformando-se, o objeto, à luz do sujeito a que corresponde.

Burke (2003) menciona que muitas questões concernentes ao interesse pelo conhecimento deram-se mediante questionamentos feitos por historiadores. Desse modo, construindo-se, ou pelo menos tentando, uma linha que liga presente ao passado, na busca de compreender a origem e o porquê de algumas situações. O autor explica:

Na década de 1920, a inflação crescente provocou a ascensão da história dos preços. Nas décadas de 50 e 60, a explosão populacional incentivou a pesquisa em história demográfica. Nos anos 90, há um interesse crescente pela história do conhecimento e da informação (BURKE, 2003, p. 12).

A esse interesse de analisar e estudar os “sistemas de conhecimento” existentes chama-se “sociologia do conhecimento” (BURKE, 2003). À esse crescente interesse pela história do conhecimento e da informação pode-se dedicar os anseios desta pesquisa com ênfase em fornecer uma abordagem sobre a informação e o conhecimento bem como sobre a organização e representação da informação segundo a Ciência da Informação.

As autoras Brascher e Café (2008), a fim de subsidiar seus estudos sobre a organização da informação e do conhecimento e da representação da informação e representação do conhecimento, apresentam as distinções concernentes aos termos informação e conhecimento.

Segundo as autoras acima mencionadas a informação se refere ao estágio material da informação, se refere ao dado que passou pelo processamento semântico, isto é, gerador de sentido, e se tornou apto a informar por meio do suporte em que foi registrado (BRASCHER e CAFÉ,

2008).

Enquanto o conhecimento é compreendido como a absorção da informação por parte do indivíduo causando transformações cognitivas nesta medida em que agrega, refuta, aprofunda seu conhecimento.

Desse modo, “a informação é vislumbrada como uma possibilidade de transformar estruturas do conhecimento e, portanto, o conhecimento pode ser visto como algo provisório e em permanente revisão” (BRASCHER e CAFÉ, 2008, p. 4).

Delineados os termos podemos partir para as definições de organização da informação e representação da informação que são base para a construção deste texto e pesquisa, com ênfase na representação da informação.

De acordo com Brascher e Café (2008, p. 5) “o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação”. A organização da informação é realizada mediante a descrição do objeto informacional, ou seja, por meio do suporte de registro da informação.

As autoras em análise apresentam os três elementos que constituem a informação, definidos por Fogl (1979), a saber: 1) Conhecimento (conteúdo da informação); 2) Linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); 3) Suporte (objetos materiais ou energia) (FOGL, 1979, p.2, apud, BRASCHER e CAFÉ, 2008, p. 3) com isso relacionam esses elementos da informação às fases da descrição, que são compreendidas em descrição do conteúdo e descrição física.

Nessa relação, as autoras concluem que a descrição do conteúdo tem o primeiro elemento, o conhecimento, como objeto. Que a descrição física está relacionada ao terceiro elemento, que é o suporte da informação. Quanto ao segundo elemento da informação, a linguagem, este está presente em todas as fases e tipos de descrição (BRASCHER e CAFÉ, 2008, p. 5).

Desse modo, afirmam que a organização da informação consiste na descrição, como acima mencionada, dos objetos informacionais. Sendo os produtos desses processos descritivos a representação da informação. E esta – a representação da informação - pode ser compreendida como “um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRASCHER e CAFÉ, 2008, p. 5).

De acordo com a compreensão das autoras pode-se inferir que os

processos de organização e representação da informação estão íntima e sequencialmente interligados.

Para Lima e Alvares (2012, p. 22) “representar é o ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato”, representar configura-se, nesse aspecto, uma metalinguagem simbólica, diz respeito ao que já foi dito/apresentado, no entanto, quando se relaciona à informação, esta é apresentada de modo concentrado e resumido.

Para os autores citados acima “na Ciência da Informação, a representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento” (LIMA e ALVARES, 2012, p. 22), estas formas são assumidas pelos produtos desenvolvidos a partir destas sejam estes físicos e/ou digitais.

Quanto ao processo de organização enunciam que “organizar envolve o processo e como fazer análise, classificação, ordenação e recuperação, e representar está relacionado com o objeto, com a materialização e com o registro da simbologia que substitui o objeto ou ideia” (LIMA e ALVARES, 2012, p. 23).

“Informação é o conjunto de dados que permite extrair algum significado, podendo favorecer a obtenção de conhecimento” (LIMA e ALVARES, 2012, p. 24) e os processos de representação visam facilitar esse percurso de geração de conhecimento. Está imbricado na produção, transformação, uso e absorção da informação.

Alvarenga (2003), ao abordar a representação do conhecimento na Ciência da Informação destaca que há dois momentos na representação; a representação primária e secundária. Esta primeira consiste no conceito que primeiramente é atribuído ao conhecimento, conceitos são as unidades de conhecimento; na secundária os conceitos são identificados para representação. Sendo, desse modo, os conceitos entendidos como o insumo para a representação que é a fase secundária.

Na representação primária, os produtos finais são constituídos de conceitos sobre os seres, formando o conhecimento, conceitos mais ou menos intensamente detalhados, codificados através de uma linguagem simbólica. Na representação secundária, prática essencial nos sistemas de informações documentais, esses mesmos conceitos constantes dos

registros primários são sucintamente identificados em seus elementos constitutivos fundamentais, escolhendo-se os pontos de acesso fundamentais que garantem a representação desse conhecimento (documento) para fins de futura recuperação (ALVARENGA, 2013, p. 22).

Infere-se que o processo de representar está intimamente ligado à interpretação do profissional da informação seja ele arquivista, bibliotecário ou museólogo. A autora destaca que para essas atividades é necessário ir além das “superfícies de emergência”, sendo capazes de discernir, pelo conhecimento dos objetos, seres ou ideias registradas, suas respectivas semelhanças e diferenças. Acresce que “o ato de interpretar é inerente a qualquer abordagem aos conhecimentos, qualquer que seja o grau de suposta clareza com que esses tenham sido produzidos” (ALVARENGA, 2013, p. 24).

Interpretação e linguagem inter-relacionam-se ao passo que o interpretar se dá mediante a comunicação que é estabelecida pela linguagem em suas múltiplas formas.

Nesse processo de comunicação amplo estabelecido entre os homens, em suas tentativas de compreensão e descrição do universo, a mediação da linguagem ocupa papel primordial. No contexto da ciência da informação o tratamento da informação se depara com uma tarefa complexa que assim poderia ser resumida: a despeito de todas as fragilidades dos atos de conhecer e comunicar, envolvendo coisas, seres, palavras, imagens e sons, torna-se imperativo que se encontre uma forma de se construir interfaces entre os acervos de documentos e informações e seus usuários (ALVARENGA, 2013, p. 24-25).

Desse modo representações primárias (conceitos) ou secundárias envolvem profundas relações interdisciplinares, especialmente, com disciplinas relacionadas à linguagem. As representações secundárias consistem na informação tangível, referem a sua forma registrada independentemente do suporte em que se encontra. Seria, conforme Buckland (1991), o estágio da informação-como-coisa, esta é, portanto, a representação física do conhecimento, e, sendo física, se torna passível de organização e representações.

3.1 REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: análise de uma função

Quando se fala em estudos sobre os aspectos referentes à representação da informação na Arquivologia estes geralmente compreendem as funções classificação e descrição Arquivística, com maior enfoque nos assuntos relacionados à descrição, afirmações estas que podem ser conferidas nos trabalhos de Herrera (1991), Rodrigues (2003), Tognoli (2012), Barros e Martins (2015), Vital, Medeiros e Brascher (2017), Davanzo e Moreira (2017) dentre outros.

A compreensão acerca do conceito de representação da informação é recente e dá-se em virtude das demandas e dinâmicas relacionadas à produção e busca da informação. A procura por aperfeiçoamento dos meios de informações, armazenamento, uso e acesso.

Desse modo, a representação, na Arquivística, é identificada a partir do início dos anos 1990 com a concepção da Arquivística pós-moderna. Concepção esta que trouxe consideráveis transformações à área tanto no âmbito de seu objeto de estudo quanto em relação ao próprio arquivista, conforme Davanzo e Moreira (2017).

Para alguns autores representação na Arquivologia esteve marcada pela produção de instrumentos de pesquisa desde a parte final do século XIX quando tiveram início as primeiras ações voltadas para uma descrição efetiva por meio dos manuais de descrição, compreendemos que os manuais de descrição sejam um marco no quesito: descrição da informação.

Todavia, não se pode avaliar com as perspectivas atuais fatos históricos passados, há que se considerar que àquela época a representação não se configurava tal qual hoje é compreendida. Não se tinha a compreensão desse processo representacional, havia, nos primeiros instrumentos de descrição Arquivística, a descrição quase que completa dos documentos, configurava-se mais uma transcrição de todo o conteúdo documental.

A organização da informação e a representação da informação são campos de pesquisa das disciplinas como Biblioteconomia e Arquivologia, em constante expansão e com múltiplas relações interdisciplinares com diversas outras áreas do conhecimento, como: Administração, Comunicação, Linguística, Tecnologia da Informação, dentre outras.

Essas características comprovam o modo plural e conjunto de trabalhar a organização da informação, bem como de se fazer ciência sem perder suas características, antes, reafirmando-se e se fortalecendo enquanto disciplinas científicas.

Na Arquivologia a descrição, juntamente com a avaliação e classificação, exerce função central e determinante nos processos de organização e representação da informação. É a partir dessas funções que se estabelecem relações de organização, controle e acesso. Onde a Classificação, função que representa um fundo (uma organização) mediante a construção de classes hierarquicamente estabelecidas com base no contexto, disponibiliza os modos ideais para uma descrição abrangente e concisa.

Estas funções, acima mencionadas, dependem pesquisas minuciosas concentradas na história, na missão, nas atividades meio e fim de um organismo, aqui entendido como instituição/fundo/acervo arquivístico. Toda essa engenharia intelectual é base fundadora para cada processo subsequente que será construído.

A representação da informação consiste em um processo do qual fazem parte várias fases. Essas fases consistem na atividade de tratamento da informação desde quando esta é gerada. A representação arquivística visa, dentre outras coisas olhar a informação desde suas primeiras fases perpassando pela avaliação, classificação, e finalmente e de modo mais profundo e específico, nos arquivos permanentes, a descrição.

A Arquivologia, bem como as demais disciplinas científicas que problematizam a informação, seu objeto de estudo, tem em si o desenvolvimento de dois caminhos paralelos, pesquisa e prática concomitantemente.

O trabalho intelectual/pesquisa sem aplicação nem concretização, em nosso contexto, é inservível assim como uma prática dissociada de autorreflexões gera um trabalho por vezes mais oneroso, em termos de tempo, e incompleto, pois necessita antes ser racionalizado.

Muitas dessas pesquisas resultaram em produtos como as normas internacionais de padronização da descrição, e está configurada em níveis de descrição: nível 0 (acervo da entidade custodiadora; nível 1 (fundo ou coleção); nível 2 (seção); nível 3 (série); nível 4 (dossiê ou processo) e nível 5 (item

documental).

Esses conceitos, de modo geral, sempre causaram muitas divergências nas teorias da Arquivologia. Essas diferenças são percebidas, geralmente, em lugares e tradições distintas, por exemplo, na diferenciação na Europa e nos EUA sobre o que vem a ser o *records management* e o *archivist*, sendo o primeiro o arquivista voltado à técnica e prática dirigida aos arquivos em fases corrente e intermediária e ao suporte documental. O segundo é entendido como o arquivista profissional da informação voltado para os serviços informacionais relativos ao valor histórico da informação, estes profissionais desenvolvem suas funções com mais frequência nos arquivos permanentes.

No contexto brasileiro essa diferenciação não existe, embora a Arquivística Nacional tenha fortes influências tanto americanas quanto europeias. Nos últimos anos tem se assemelhado, ainda que apenas nesse aspecto, à Arquivística integrada, originária do Canadá francês que reconhece o arquivista como profissional capacitado a atuar em todas as fases da informação nos tratamentos direcionados a essa dentro da teoria e prática da Arquivologia.

O processo de construção do conceito de descrição, segundo Silva (2012) foi longo e teve duas fases iniciais. A primeira fase se dá a partir de meados do século 20 quando esse conceito passa a ser discutido, desse momento então se tem a noção de que a descrição “consiste na identificação dos agrupamentos documentais e na análise e descrição de caracteres externos e internos de documentos” (SILVA, 2012, p. 92).

A segunda fase desse processo de construção se deu por volta dos anos 1980 recebendo forte influência das correntes que trabalhavam a normalização da descrição nessa época e é por conta da busca pela normalização que a área por meio do CIA, buscará um consenso e conceituação.

A conceituação trazida nas normas expressa a compreensão de que a descrição é um processo de representação que abrange toda informação inerente a um fundo (SILVA, 2012).

Mais definições e conceitos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Definições acerca do conceito de descrição arquivística

DEFINIÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	
AUTOR/INSTITUIÇÃO/ OBRA INTELECTUAL	CONCEITO
NORMA INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA - ISAD (G).	<p>A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11, tradução: Arquivo Nacional)</p> <p>A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio de extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14-15, tradução: Arquivo Nacional)</p>
MANUAL DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES	38. Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a ideia que presidiu à sua formação. (MULLER, 1973, p. 79)
HEREDIA HERRERA Arquivística geral: teoria e prática	<p>A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. À frente da ponte está o arquivista que executa uma tarefa de análise que envolve a identificação, leitura, resumo e indexação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices. (HERRERA, 1991, p. 300)</p> <p>A descrição é o processo de análise dos documentos de arquivo ou de seus agrupamentos materializado em representações que permitam sua identificação, localização e recuperação de suas informações para a gestão ou para a pesquisa. (HERRERA, 1991, p. 302)</p>
LUCIANA DURANTI ORIGIN AND DEVELOPMENT OF THE CONCEPT OF ARCHIVAL DESCRIPTION	<p>a) Um processo de análise, identificação e organização;</p> <p>b) Fins de controle, recuperação e acesso;</p> <p>c) Um produto final que mostra o material de arquivo, seu contexto de proveniência e documental, inter-relações e a forma com que pode ser identificado e usado. (DURANTI, 1993, p. 48, tradução nossa)</p>
GEOFFREY YEO	A descrição é tanto o processo quanto o produto. (2016, p. 135)

Fonte: elaboração da autora. 2019

A descrição e representação de arquivos é um processo que passou por várias mudanças teórico-conceituais nas últimas décadas, essas modificações

ocorreram, em grande parte, devido à normalização e ao refinamento dos instrumentos de pesquisa, ou seja, fundamentalmente na maneira como as pessoas usam e buscam conteúdos informacionais em ambientes de arquivos.

A primeira definição apresentada acima é da tradução brasileira da ISAD (G), 2ª edição de 2000, esta define que a descrição arquivística abarca todo elemento da informação destacando é possível fazer alterações, mesmo após descrita, é aceitável desde que para produzir um maior conhecimento sobre o conteúdo e contexto das informações.

A definição seguinte, na mesma citação, faz uso do termo *representação*, trazendo a compreensão de *processo* ao qual a descrição faz parte, como sendo a fase final deste, mas não fechada por permitir alterações como citado. A ISAD (G) apresenta um padrão não apenas para a fase permanente, ela pode ser aplicada nas fases correntes e intermediárias, demais fases do ciclo vital dos documentos.

A segunda definição apresentada consta no Manual de Arranjo e Descrição e destacou-se a frase que norteia o sentido da descrição para aqueles profissionais àquela época. A “ideia que presidiu à sua formação”, ressaltada pelos arquivistas holandeses, remete à *intencionalidade* que levou à produção daquele conjunto de documentos, no que se compreende na contemporaneidade poder-se-ia chamar de *a função que levou a gerar aquele documento*. Desse modo o referido manual apresenta bases sob as quais alguns conceitos hoje se alicerçam.

Na terceira definição, definida no início dos anos 1990, a descrição é a ponte que comunica, em outras palavras, media a informação/documento ao usuário de arquivo. Em Herrera (1990) a descrição pode ser compreendida como a linguagem por meio da qual podem se relacionar usuário-arquivo (informação). É também um processo de pesquisa e análise que resulta nas representações.

Na quarta, e última definição, elucidando e compactando ideias referentes à temática, Luciana Duranti (1993) sintetiza alguns caracteres da descrição arquivística demonstrando o que é e qual sua finalidade e as características inerentes ao produto resultante. Para Duranti (1993) a descrição não apenas faz parte de um processo como é também um processo minucioso de análise e pesquisa que é apresentado em forma de um produto aos

usuários.

Na quinta definição se apresenta que para Geoffrey Yeo a descrição é o processo porque proporciona o controle documental, mensura e explana o conteúdo dos documentos. É produto, pois representa as informações coletadas e descritas em instrumentos de pesquisa que, conforme o autor é a “denominação genérica dos produtos do processo descritivo” (2016, p. 135). Partindo da síntese da compreensão de Yeo é possível encontrar um consenso entre os autores como se verá na sequência.

Cada uma das definições apresenta aspectos da descrição em arquivos que se sustentam e crescem em técnica e cientificidade a cada novo período, como apresentado na tabela acima, desde o primeiro manual sobre descrição (1898) às últimas produções científicas concernentes (2016).

3.2 NORMALIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA: a padronização da estrutura

A descrição esteve presente sob diversas formas as quais consistiam ou na íntegra transcrição do documento (cópias), a fim de se preservar o original, ou na elaboração de inventários, guias e catálogos elementos que representavam de forma sucinta o acervo e a documentação.

Estes instrumentos passaram a ser orientados, a partir do século XIX, por manuais e princípios, a exemplo do Manual de Arranjo e descrição de arquivos cunhado pelos arquivistas holandeses em 1889, do princípio da respeito aos fundos atribuído ao historiador francês Natalis de Wally instaurado por meio de uma circular em 1841, e no século seguinte por meio do livro de Hillary Jenkison sob o título: *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archivemaking* (BARROS, 2014).

A professora da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação de Montreal Louise Gagnon-Arguin destaca que “a publicação de manuais representa uma etapa na constituição de uma disciplina científica” (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 53). Com isto pode-se inferir que com a aquisição do status de disciplina os preceitos práticos, teóricos e metodológicos da Arquivística difundiram-se e adquiram consistência no ambiente acadêmico proporcionada pela pesquisa, em especial, e conseqüentemente por meio de suas publicações.

Conforme González de Guzmán normalizar é “codificar um procedimento para resolver um problema que se repete com frequência, ordenando seus dados com um critério unificado e lógico, garantindo a solução” (GONZÁLEZ DE GUZMÁN, apud HERRERA, 1991, p. 73, tradução nossa).

Herrera compreende que normalizar “significa sujeitar uma realidade a regras baseadas no repetitivo para homogeneizar”. Em suma, envolve o desenvolvimento de padrões, resultado de um estudo prévio realizado por um coletivo para aplicá-los de forma generalizada. (HERRERA, 1991, p. 73, tradução nossa.)

Ambos os autores destacam-na como regras e procedimentos usados repetidamente para solucionar problemas, Herredia destaca, ainda, que estas devem ser produzidas em consonância com estudo aplicado. Além de “bases científicas eficazes e consistentes como [...] consenso, aceitação [...]” (HERRERA, 1991, p. 73, tradução nossa).

Lopes (2013) destaca que com do advento das normas a área como um todo é beneficiada, desde o trabalho do arquivista à sua equiparação às demais ciências sociais, para quem assim a desejasse chamar.

Os arquivistas ganharam, com estas normas, um importante instrumento para o seu trabalho. Não precisam mais optar entre as variáveis idiomáticas. Agora, dispõe de regras internacionais, tal como os bibliotecários, os médicos, os biólogos. O avanço das normalizações, quiçá em outras áreas, contribuirá para quem deseja uma arquivística teórica e prática, uma ciência social aplicada, como qualquer outra (LOPES, 2013, p. 299).

As normas de descrição podem ser definidas como um recurso facilitador na comunicação arquivo-usuário. São padrões para estruturas e não para conteúdos, com isso, possibilitam a interação com demais arquivos e/ou fundos relacionados. Barros (2014) ao discutir alinhamento entre teoria e prática na descrição evidencia a indissociabilidade desses mediante a aplicação das normas.

Assim, o uso institucional das “metodologias” desenvolvidas teoricamente legitima as mesmas, ou seja, quando o Arquivo Nacional brasileiro utiliza a NOBRADE, para descrever seus fundos, está legitimando e “experimentando” a norma desenvolvida no âmbito do planejamento e da teoria. Normalizar significa estabelecer parâmetros e pontos (BARROS, 2014, p. 182).

A respeito da normalização há também certa preocupação, em alguns autores e autoras, de que a normas engessem a maneira com que os arquivistas descrevem e até mesmo de tornar os arquivistas incapazes de desenvolver novas metodologias para a descrição, como ressaltam Yaker (2003) e Oliveira (2013).

A esse respeito Yeo (2016, p. 148) concorda com alguns desses aspectos e também ressalta outras questões que demonstram a relevância da normalização:

[...] confinam os modos de expressão, mas facilitam o compartilhamento de informações e o desenvolvimento de ferramentas de acesso on-line [...] pode ser percebida como predominantemente propiciadora por algumas pessoas (como arquivistas que desejam maximizar a acessibilidade do usuário remoto) e predominantemente limitadora por outras (os que desejam enfatizar a fluidez dos materiais e dos contextos arquivísticos).

Desse modo a normalização, como todo sistema de representação, pode apresentar limitações de acordo com determinadas realidades, pode não abranger, com na maioria dos casos, uma representação exata do contexto de produção dos documentos, especialmente por nossas representações se darem de maneira retrospectiva, como aborda Yeo (2016).

Todavia, o que se propõe faz-se tomando por base o contexto nacional brasileiro, que é encarecido dos mínimos processos de representação na realidade da administração pública e privada, bem como nos arquivos históricos.

Compreende-se a descrição normalizada de acordo com o que MacNeil diz é “um ponto estável de partida e de retorno” (MACNEIL, 2005, apud, YEO, 2016, p. 148). As normas representam um meio possível de realização sem constrangimentos em relação a contextos nacionais e podem oferecer parâmetros dos mais gerais aos mais específicos de descrição de acordo com a necessidade dos arquivos.

Nas palavras de Yeo (2016, p. 148) “tudo leva a crer que devemos aceitar certo grau de estrutura, ao menos enquanto não temos sistemas de informática com os quais, por ora, só podemos sonhar”. Essas inferências são bem realistas e o contexto brasileiro representa bem isto. Embora muito se

tenha avançado na teoria a respeito da descrição e representação na Arquivologia nacional há muito que se fazer, e transformar na prática.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS: subsídios para organização e representação da informação

Os esforços em prol do estabelecimento de políticas públicas precisam ser realizados em conjunto, uma instituição seja pública ou privada não possui meios por si só, por isso, fazem-se necessárias ações coletivas a nível nacional com devido apoio governamental e aparato legal.

As políticas públicas representam um meio de ação, ou não ação, mediante problemas públicos. Em sua maioria as políticas públicas objetivam, por meio de estratégias de ação, resolver ou amenizar os problemas públicos, como por exemplo, problemas de segurança, educação e saúde pública, dentre muitos outros.

4.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

Leonardo Secchi (2013), fazendo alusão a Bobbio (2002), explica que existem dois termos em inglês que se relacionam ao termo política, mas que se distinguem quanto às suas respectivas especificações, são estes: *politics* e *policy*. O primeiro – *politics* - refere-se “à atividade humana ligada à obtenção e manutenção de recursos necessários ao exercício do poder sobre o homem” (SECCHI, 2013, p. 1). O segundo termo – *policy* - diz respeito à dimensão da política “é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e para a ação” (SECCHI, 2013, p. 1).

Desse modo para Secchi política pública (*public policy*):

[...] está vinculado esse segundo sentido da palavra “política”. Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2013, p. 1)

Desse modo, quando se trata de política relacionado às questões, ou seja, problemas públicos, a terminologia utilizada é *policy*. Indolfo (2013) apresenta as diversas conceituações abordadas por Heidmam (2009), o autor considera que, assim como no termo política, o conceito de políticas públicas também possui significados e compreensões diferentes.

Para David Easton, a política pública significa “a alocação oficial de valores para toda a sociedade” (1953, p. 129). Já H. Lasswell e A. Kaplan definem política como “um programa com metas, valores e práticas” (1970, p. 71). E.C. Friedrich garante que “é essencial ao conceito de política que contenha uma meta, objetivo ou propósito” (1965, p. 70). [...] C.O. Jones (1977, p. 4) propõe que se considere a distinção entre as várias propostas de políticas (meios especificados para atingir as metas), os programas (meios autorizados para atingir as metas), as decisões (ações específicas assumidas para implementar as metas) e os efeitos (os impactos mensuráveis dos programas). De acordo com H. Eulau e K. Prewitt, “define-se a política como uma ‘decisão existente’, caracterizada por consistência e repetitividade comportamental tanto de quem a formula quanto também de quem a cumpre” (1973, p. 465) (HEIDEMAN, 2009, p. 29-30, apud, INDOLFO, 2013, p. 102).

“Valores”, “metas e práticas”, “objetivo/propósito”, “programas autorizados”, “decisões específicas”, “efeitos (impactos causados por esses programas)”, “consistência e repetitividade”, todos esses elementos elencados caracterizam e conceituam políticas públicas na medida em que revelam suas facetas em todo seu curso existencial. Deutsch (1994) aprofunda o conceito afirmando que:

A política é, em certo sentido, a tomada de decisões através de meios públicos, em contraste com a tomada de decisões pessoais, adotadas individualmente pelo indivíduo, e com as decisões econômicas, geradas como resposta a influências impessoais, tais como dinheiro, condições de mercado e escassez de recursos. O conjunto de todas as decisões, implementadas através de meios públicos, constitui o setor público de um país ou de uma sociedade (DEUTSCH, 1984, p. 5).

Desse modo assegura que a política originariamente está para o que é público. E o público é beneficiário primário destas. As políticas públicas visam, antes de tudo, o bem comum coletivo, resguardadas as particularidades de cada grupo de pessoas, sem que um direito ou dever de uma parcela afete à outra. Para isso, tem como agente motivador destas, o que Rodrigues (2010) destaca ao resumir políticas públicas.

Ao encarar os problemas “dos outros” como “de todos nós”, visto que são problemas públicos, abrimos uma janela de oportunidade para que as políticas públicas que produzimos *façam*, de fato, *diferença* para a sociedade em que todos vivemos. (RODRIGUES, 2010, p. 10)

O problema público, portanto, quando apropriado por todos, pode ser um potencializador para formulação de políticas de fato eficazes. Políticas públicas

representam programas de ações em favor da sociedade, tomadas de modo conjunto com esta e demais atores como instituições, órgãos, empresas, e demais interessados.

Para Kraft e Furlong (2013) um problema público pode ser entendido como uma situação não aceitável por uma coletividade para estes “os problemas públicos referem-se a condições que o público considera amplamente inaceitáveis e que, portanto, requerem intervenção” (KRAFT & FURLONG, 2013, p. 3, tradução nossa).

Secchi (2013) ressalta que um estudo sobre política pública é imprescindível do estudo de um problema que seja importante para todos.

Este mesmo autor - Secchi (2013) - referenciando Sjoblom (1984) em que este explica de forma prática sobre a conceituação do que seja problema enuncia que: “a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe uma perspectiva de alcance de uma situação melhor.” (SECCHI, 2013, p. 10). Como se pode observar na ilustração.

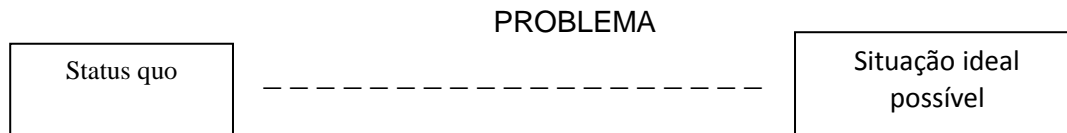


Figura 1 - O problema.

Fonte: Secchi, 2013, p. 10. (adaptado pela autora)

A compreensão de problema público é por vezes dada de acordo com os interesses por isso tanto sejam institucionais ou coletivos precisam ser analisados e submetidos à avaliação. Uma visão acerca da compreensão de políticas públicas e problema público é a de Muller e Surel (2004) destacada por Indolfo (2013).

[...] as políticas públicas têm como característica fundamental construir e transformar os *espaços de sentido*, no interior dos quais os atores vão colocar e (re) definir os ‘seus’ problemas e ‘testar’ em definitivo as soluções que elas apoiam. Fazer uma política pública não é, pois, ‘resolver’ um problema, mas, sim, construir uma nova *representação* dos problemas que implementam as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura, dessa mesma forma, a ação do Estado (MULLER; SUREL, 2004, p. 31, apud, INDOLFO, 2013, p. 105).

Ressignificar a compreensão sobre a atuação das políticas públicas, de modo a entendê-las como reformuladoras de espaços sociais por meio da transformação dos problemas sociais em base para ações concernentes a este.

Rodrigues (2010) elenca quatro proposições para facilitar a compreensão do papel da política enquanto objeto das políticas públicas, são estes:

- 1) As sociedades contemporâneas caracterizam-se não apenas pela diferenciação social, mas também por identidades e visões de mundo específicas sobre questões como desenvolvimento e bem-estar, por exemplo.
- 2) Seus membros têm expectativas diferentes sobre a vida em sociedade, na medida em que
- 3) (), mas também dos modos de atingir esses fins (meios).
- 4) Há, *grosso modo*, duas formas de resolver os conflitos: pela força (coerção/repressão) ou suas ideias, valores, interesses e objetivos se distinguem.
- 5) A natureza complexa das sociedades contemporâneas implica conflito não só de objetivos fins pela ação política. Esta última (ação política) tem como características principais a ação coletiva (baseada na diversidade de perspectivas sobre fins e meios), a necessidade de aceitação da decisão alcançada e o caráter impositivo da decisão coletiva (*enforcement of the Law*) (RODRIGUES, 2010, p. 10).

Desse modo as políticas públicas são um meio pelo qual se busca mediar e solucionar conflitos, dificuldades e demandas sociais com vistas a beneficiar esta. Para os professores Michael E. Kraft & Scott R. Furlong, da University of Wisconsin-Green Bay, na obra *Public Policy: politics, analysis, and alternatives*, “política pública é o que os funcionários públicos dentro do governo, e por extensão os cidadãos que eles representam, escolhem fazer ou não fazer sobre problemas públicos.” (KRAFT e FURLONG, 2013, p. 3, tradução nossa).

Estas compreensões se harmonizam na medida em que os autores concordam ser a política pública resultado de uma ação, projeto ou objetivo com vistas a análise de um problema público com vistas à resolução deste.

Desse modo procura-se compreender o que seriam esses problemas públicos e como defini-los à luz da ciência política. Kraft e Furlong (2013) trabalham ainda algumas definições concernentes a políticas públicas para uma compreensão mais abrangente, como se apresenta:

Quadro 2 - Definição de conceitos básicos sobre políticas públicas

DEFINIÇÃO DE CONCEITOS BÁSICOS	
GOVERNO (KRAFT e FURLONG, 2013, p. 5, tradução nossa)	Refere-se às instituições e processos políticos através dos quais são feitas escolhas de políticas públicas. Essas instituições são processos que representam a autoridade legal para governar um grupo de pessoas.
POLÍTICA (KRAFT e FURLONG, 2013, p. 6, tradução nossa)	Diz respeito ao exercício do poder na sociedade ou a decisões específicas sobre políticas públicas. Tem vários significados diferentes, mas complementares. Ele é usado para se referir ao processo através do qual políticas públicas são formuladas e adotadas, especialmente para os papéis desempenhados por autoridades eleitas, grupos de interesse organizados, opinião pública e partidos políticos. Essa é a política de formulação de políticas. A política também pode ser pensada como os conflitos na sociedade (como aqueles sobre os direitos aos serviços de aborto ou restrição à imigração) são expressos e resolvidos em favor de um conjunto de interesses ou valores sociais ou outro. [...] Essas coleções de indivíduos com interesses semelhantes tornam-se ativos no processo de formulação de políticas. Assim, a política é sobre poder e influência na sociedade, bem como nos processos de formulação de políticas dentro do governo. Diz respeito a quem participa e quem influencia as decisões que os governos tomam e quem ganha e quem perde um resultado.
ANÁLISE POLÍTICA (KRAFT e FURLONG, 2013, p. 8, tradução nossa)	Análise significa desconstruir um objeto de estudo - isto é, decompor seus elementos básicos para compreendê-lo melhor. A análise de políticas é o exame de componentes da política pública, do processo ou de ambos. Em outras palavras, é o estudo das causas e consequências das decisões políticas. Duncam MacRae e James A. Wilde (1979, 4) chamaram a análise de políticas de "o uso da razão e das evidências para escolher a melhor política entre várias alternativas". A análise de políticas faz com que os usuários utilizem muitos métodos diferentes de investigação e utilizem várias disciplinas para obter as informações necessárias para avaliar um problema e pensar claramente sobre formas alternativas de resolvê-lo. A mesma informação também molda o debate público e a deliberação sobre quais ações tomar. No fundo, a análise de políticas encoraja o pensamento crítico deliberado sobre as causas dos problemas públicos, as várias maneiras pelas quais os governos e / ou o setor privado podem agir sobre elas e quais escolhas de políticas fazem mais sentido. Fazer isso requer não apenas conhecimento do governo e da política, mas também a capacidade de avaliar as ações políticas.

Fonte: Kraft e Furlong. 2013 (Adaptado pela autora)

O governo, que é exercido pelo Estado em suas esferas de atuação (municipal, estadual e federal), é a representação do poder e da vontade pública. Este deve estar inteiramente voltado à *res publicae* (coisa pública), em exercício efetivo da democracia.

A política, acima definida, é como o governo resolve agir, é como ele se ordena para exercer sua função de representante público. Representa os meios que o governo utilizará para resolução dos problemas públicos, os quais podem ser diversos como um posicionamento legalmente expresso como legislação, regulamentos, decretos, ou programas de governo.

O exame, precedente á tomada de decisão, visa e requer conhecer com profundidade o sistema governamental, como este é regido, do problema público e quais as possibilidades viáveis à sua resolução. A análise política tem o potencial de transformar o poder de governar em políticas de ação concretas.

Os conceitos acima citados servem para situar as relações que se estabelecem no âmbito da formulação de políticas públicas. São à base de sustentação e apoio para essas.

A partir deste ponto estabelecido passa-se à compreensão dos instrumentos concernentes às políticas públicas dando continuidade à conceituação apresentada pelos autores em revista, Kraft e Furlong (2013).

Quadro 3 - Instrumentos de política pública

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA	
<p>REGULAMENTO</p> <p>(KRAFT e FURLONG, 2013, p. 104, tradução nossa)</p>	<p>Um dos mais conhecidos instrumentos de política, a regulação, abrange vários tipos diferentes de ações governamentais, incluindo as leis que as legislaturas promulgam e as regras que as burocracias adotam. As regulamentações são decretos do governo que exigem ou impedem os cidadãos de fazer alguma coisa. Requisitos particulares asseguram o cumprimento por indivíduos, corporações e outras unidades de governo. Normalmente, os regulamentos impõem sanções, como multas ou prisão, por descumprimento. Na maior parte, os cidadãos e as empresas aderem voluntariamente a esses requisitos legais, mas os meios estão disponíveis para aplicar os regulamentos quando necessário.</p>
<p>GESTÃO GOVERNAMENTAL</p> <p>(KRAFT e FURLONG, 2013, p. 104, tradução nossa)</p>	<p>Os governos usam os serviços diretos ou a gestão direta de recursos como instrumentos de política pública. Educação, defesa, parques públicos e a maioria dos serviços municipais, como polícia e proteção contra incêndios, são exemplos de políticas que os governos implementam fornecendo o serviço diretamente aos cidadãos. Os governos oferecem a maioria desses serviços, pois precisam ser fornecidos de uma maneira específica, como disponibilizar parques nacionais a todos por uma modesta taxa.</p>
<p>TRIBUTAÇÃO E GASTOS</p> <p>(KRAFT e FURLONG, 2013, p. 105, tradução nossa)</p>	<p>Os governos também usam sua capacidade de tributar e gastar para atingir metas e objetivos políticos. Uma forma de política de gastos é o pagamento direto de dinheiro aos cidadãos. A Seguridade Social é um exemplo óbvio: o governo federal transfere dinheiro de pessoas que trabalham para aposentados ou outros que são cobertos</p>

	<p>pelas regras do sistema. Os governos também fornecem pagamentos monetários como forma de promover certas atividades. Por exemplo, sob a reforma do bem-estar social, o governo federal fornece dinheiro para os estados atribuírem o que bem entenderem aos que precisam de ajuda [...].</p>
<p>MECANISMOS DE MERCADO (KRAFT e FURLONG, 2013, p. 105, tradução nossa)</p>	<p>Os governos podem aproveitar os mecanismos de mercado como uma forma de política pública. Usar o mercado pode ser uma decisão explícita do governo de não intervir de forma alguma, mas sim permitir que leis de oferta e demanda funcionem.</p>
<p>EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E PERSUASÃO (KRAFT e FURLONG, 2013, p. 106, tradução nossa)</p>	<p>Outro instrumento de política disponível para o governo é educar os cidadãos ao tentar persuadi-los a se comportarem de uma determinada maneira. [...] Fornecer informações ao público pode ser um poderoso instrumento político. Anne L. Schneider e Helen Ingram (1997) chamam isso de ferramenta de "capacitação" com o potencial de informar, esclarecer e capacitar pessoas através de treinamento, educação, assistência técnica e outras formas de disponibilizar informações. O uso deste instrumento tem aumentado nos últimos anos e é comum nas áreas de saúde, segurança e proteção ambiental (GRAHAM, 2002). [...] Também dependemos fortemente da divulgação de informações para informar as pessoas sobre as fontes dos fundos de campanha eleitoral, a eficiência energética dos eletrodomésticos e as atividades financeiras das corporações, entre outras preocupações políticas.</p>

Fonte: Kraft e Furlong. 2013 (Adaptado pela autora)

Os instrumentos abordados pelos autores são cruciais no estudo das e análise de políticas públicas, pois permite interpretar as ínfimas partes constituintes destas. Pode-se observar que os autores mantêm o foco em políticas públicas formuladas única e exclusivamente pelo estado, todavia há uma linha de pensamento que considera a multiatorialidade no processo de análise e criação de políticas públicas conforme Amorim e Boullosa (2013).

As autoras enunciam:

Entendidas como construtos sociais e analíticos, as políticas públicas deixam de ser monopólio do Estado, embora este continue sendo um ator estratégico, com responsabilidades legais, atributos e recursos específicos para a sua implementação. Não se trata, assim, de um processo de transferência de responsabilidades, mas de reconhecimento da polifonia das arenas políticas, resultado da multiatorialidade no enfrentamento de problemas coletivos. (AMORIM; BOULLOSA, 2013, p. 62)

Esta compreensão visa redirecionar o foco do autor para o problema ou bem público, com esta perspectiva multilateral abre-se à diversidade participativa dos sujeitos formuladores das políticas públicas e que podem estar

inseridos no contexto do problema público. Sugerem a reconfiguração do entendimento de políticas públicas “não como ações do governo, mas sim como ações de governo” (p. 62).

Sobre os instrumentos citam Lascoumes e Le Galès (2012):

[...] Os instrumentos de ação são portadores de valores, alimentam-se de uma interpretação do social e de concepções precisas do modo de regulação esperado. O instrumento é também produtor de uma representação específica do desafio que ele enfrenta. Enfim, o instrumento induz uma problematização particular dos objetos de aplicação na medida em que hierarquiza as variáveis e pode prosseguir até induzir um sistema explicativo. (LASCOURMES; LE GALÈS 2012, p.21, apud, AMORIM; BOULLOSA, 2013, p. 62)

Os instrumentos de políticas públicas são os meios utilizados como respostas às resoluções do problema público e também uma escolha não neutra e sem intencionalidade pelos atores. Podem ser um recurso para angariar votos, perpetuar-se no poder, um meio de persuasão, dentre outros. (AMORIM; BOULLOSA, 2013, p. 64).

O campo de políticas públicas, embora recente, é muito vasto e complexo sendo difícil ser definido de modo completo, há uma gama de entendimento sobre alguns termos como ocorre com o conceito de “problema público”, “instrumentos de políticas públicas” e até mesmo “políticas públicas”. A inter-relação de disciplinas neste campo alarga as fronteiras teóricas, metodológicas e técnicas, como nesta pesquisa.

A dimensão das políticas públicas, em outras palavras políticas sociais, precisa de fato ser habitada pela sociedade sobre a qual os projetos políticos pretendem versar. A dinâmica de tais políticas necessita ser conduzida pela regência de uma sociedade democrática e, sendo assim, o Estado, ainda que responsável pelo problema e o bem público, não o é de modo centralizado e único, compartilhando e descentralizando sua função de policymaker (formulador de políticas/tomador de decisão).

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Este tem sido um tema debatido e revisado por muitos pesquisadores da Arquivologia no contexto brasileiro. O tema sobre políticas nacionais de

arquivos passou a fazer parte da pauta do Arquivo Nacional a partir dos anos 1980, pois a perspectiva de uma Lei Nacional de Arquivos era emergente, considerando a redemocratização do país.

Jardim (1995) destaca que o autoritarismo do Estado brasileiro tem sustentado a existência precária de muitas instituições públicas ligadas ao patrimônio documental, pode-se citar Arquivos, Bibliotecas, Museus, dentre outros relacionados, e este pouco trabalho por estar vinculado ao valor unicamente histórico dos documentos, como se sabe esta compreensão é a primeira vista ultrapassada e vencida.

Há uma característica atribuída aos arquivos públicos que vem se alterando nos últimos vinte anos, todavia essa mudança tem sido lenta embora de suma importância. Estas características destacadas por Jardim (1995) dizem respeito à passividade e opacidade dos arquivos, do papel figurante e periférico dos arquivistas, espaços físicos limitados e inapropriados, muitas vezes, e ausência de tecnologias. Estes exemplos, em grande parte, têm sido amenizados especialmente pelo crescimento da Arquivologia no ambiente acadêmico e a abertura de vagas para arquivistas em concursos públicos.

Barros (2014) ao analisar a formação discursiva da representação arquivística no contexto brasileiro, canadense e espanhol destaca, ao abordar a formação brasileira, uma a fala de Jardim enquanto este aborda a opacidade do Estado configurando isso como um problema à formação de políticas Arquivísticas. Questionando “*a quem serve a Arquivística passiva?*” e propondo a resposta “serve ao próprio Estado opaco que a criou” (BARROS, 2014, p. 191).

Jardim enuncia que,

A ausência de políticas públicas na área da Arquivologia parece corresponder à frequência com que a noção de Sistema Nacional de Arquivos tem norteado projetos nunca viabilizados no plano federal, estadual e municipal. (JARDIM, 1995, p. 73)

O mesmo autor enfatiza que um sistema nacional de arquivos não subsiste sem o suporte políticas públicas em arquivos, pois um sistema não é maior, em poder e eficácia, que políticas públicas, este deveria ter por missão confluir no estabelecimento das políticas públicas, desenhado em uma rede de informação que interligue arquivos e bibliotecas a nível federal, estadual e

municipal.

Em muitos trabalhos referentes a políticas públicas em arquivística pode-se observar uma tendência em explicar a ausência de políticas públicas devido a pouca importância, ou esquecimento, dos arquivos perante a sociedade, essas ponderações, de fato, são plausíveis e expressam a realidade contextual encontrada no cenário arquivístico nacional. Todavia, se tomarmos por base a literatura advinda do Direito concernente á políticas públicas e seus respectivos exemplos e casos de aplicação, pode-se perceber que a carência de uma área, embora suas lacunas e deficiências necessitem de resoluções, não são os únicos pressupostos necessários e suficientes para a análise e instauração de uma política pública.

Como o próprio nome indica políticas públicas como se viu em seções anteriores têm por objetivo amenizar ou solucionar problemas que sejam reconhecidos como públicos, isto é, aquelas questões que incomodam ou prejudicam uma determinada coletividade.

De outra forma se o “problema da representação em arquivos” não é conhecido pela sociedade, tampouco será reconhecido como tal, se não é concebido como uma situação que necessita de intervenção, e esta sendo tomada coletivamente por sociedade, representantes de governo e instituições as reivindicações em prol desse assunto continuarão a estar presente apenas no ideário arquivístico.

Volta-se à questão tratada no segundo capítulo desta dissertação quando se aborda o esquecimento dos arquivos. Como seria possível a sociedade civil reconhecer a importância de uma política pública para arquivos e suas respectivas atividades se antes desconhece a função e importância dos próprios arquivos?

Há que se considerar novos caminhos e meios para a análise dessas temáticas. Ao que parece as ações precisam estar em conjunto à sociedade a quem se destina a informação.

Barros (2014) chama atenção a esse respeito:

A falta de conhecimento, recursos e profissionais, diz algo a respeito da situação política-ideológica deste Estado, as características antidemocráticas do estado, enfim uma gama de relações complexas e profundas externas a própria formação Arquivística. (BARROS, 2014, p. 191)

Sua perspectiva para a ausência de elementos basilares na Arquivologia é a expressão de um Estado com uma democracia frágil. E isto se confirma na Arquivologia brasileira ao passo que as primeiras ações voltadas à regulamentação dos arquivos públicos possuem menos de trinta anos de existência.

Para Indolfo (2013) existem ainda outras justificativas para as dificuldades encontradas para a instauração de políticas de informação. A autora certifica que:

[...] um dos desafios enfrentados pela elaboração de políticas de informação é o de existirem planos, metas e, até mesmo, interesses 'cruzados' das políticas de informação com outras políticas, como as políticas da cultura e da memória. (INDOLFO, 2013, p. 114)

Esta informação, objeto de estudo apropriado por diversas áreas do conhecimento tem se tornado cada vez mais específica na sua respectiva área do conhecimento. É compreensível que cada área busque sua autonomia, reconhecimento e recursos e é possível que seja assim. Todavia pode ser que se dê de encontro com as questões relacionadas ao problema público. Se mediante a análise política percebem-se interesses em busca de uma mesma resolução pra problemas semelhantes, poder-se-á entender a não necessidade de uma nova política. No entanto para quaisquer dessas situações é indispensável à análise política e do problema público.

Montviloff (1990, apud, JARDIM, 1995, p. 42) por sua vez acredita que as relações entre áreas são necessárias.

Uma política nacional de informação pressupõe "uma interação estreita entre as políticas biblioteconômicas e arquivísticas, além das políticas de setores próximos como informática e telecomunicações". (MONTVILOFF, 1990, p. 4, apud, JARDIM, 1995, P. 42)

Para o autor acima a aproximação disciplinar é essencial na instauração de políticas de informação. Ainda que haja convergência nas questões de organização, tratamento uso e disponibilização da informação, cada área preza por assegurar suas especificidades e é neste momento que podem ocorrer o que Indolfo (2013) chama de "interesses cruzados" o que

pode levar a uma não harmonização na formulação destas políticas. Dado o recorte temporal em que Montviloff (1990) fez a citada consideração acima pode-se inferir duas coisas ou não houveram tentativas de convergir interesses para a formulação de políticas nacionais de informação, ou as tentativas não tiveram êxito, pois, em uma breve análise política dos últimos trinta anos, tanto a Biblioteconomia, a Arquivologia quanto as Tecnologias da Informação e Telecomunicações associaram-se interdisciplinarmente apenas no campo teórico, exercendo sim influências nas práticas e aperfeiçoamento técnico e tecnológico, como nos sistemas de indexação, gestão e recuperação da informação, todavia ações políticas conjuntas são desconhecidas, ao menos formalmente.

Em relação a políticas específicas em Arquivologia Indolfo assegura que:

[...] as políticas públicas arquivísticas necessitam, ou até mesmo exigem um debate mais profundo com a participação de seus múltiplos atores, públicos e privados, assim como, também, a literatura arquivística carece de estudos e análises que propiciem uma avaliação dos processos de formulação e execução das políticas. (INDOLFO, 2013, p. 120)

Neste posicionamento de Indolfo (2013) pode-se observar uma instrução no sentido de buscar convergir, isto é, reunir os atores interessados sobre o problema público relacionado à Arquivologia.

Acredita-se, mediante o exposto, que a particularidade das disciplinas e áreas de conhecimento devem ser mantidas, não impedindo relações interdisciplinares, e que as políticas públicas devem abordar suas profundas especificidades. Estas especificidades referem-se a seus procedimentos metodológicos bem como epistemológicos.

A realidade nacional revela a inexistência de uma *política nacional de informação* e também a inexistência de uma *política nacional de arquivos*. Acredita-se que umas das possíveis soluções para isto sejam articulações entre áreas afins, especialmente no que tange à política nacional de informação, o mesmo é válido para uma política de nacional de arquivos.

A lei 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados trás uma compreensão geral do que seriam políticas

públicas de arquivo com foco na gestão de documentos. O decreto nº 4.073/2002, que regulamenta a referida lei, discorre sobre as competências do CONARQ, o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), os documentos públicos, a gestão de documentos e sobre a declaração de interesse público e social dos arquivos. No entanto a criação de dispositivos legais não é o bastante para a criação de políticas públicas. Embora a legislação verse sobre a política nacional de arquivos esta não foi instrumentalizada, ainda, o que torna sua eficiência incompleta.

O que existe, em termos de políticas públicas, são ações institucionais e individuais de gestão de documentos. Muitos órgãos governamentais têm criado seus modelos de políticas de gestão de documentos com base nos princípios e métodos da Arquivologia, estas ações estão voltadas, em sua maioria, às atividades de *avaliação* e *classificação*, processos essenciais tanto aos processos de gestão quanto de representação de documentos e da informação.

De acordo com a proposição desta pesquisa o que se pode observar é que há uma lacuna em relação às políticas específicas para a abordagem da representação nos arquivos, que disponham sobre os aspectos da descrição, normalização e instrumentos de descrição.

A descrição é a atividade de pesquisa mais profunda e detalhada do processo representação dos documentos e dos arquivos, todavia a que é menos contemplada nos termos legais. Sendo uma atividade a ser exercida com maior frequência nos arquivos permanentes é uma função decisiva na guarda e recuperação da informação.

Neste caso há um espaço vago no que tange tanto à legislação quanto à elaboração de políticas de descrição.

Deste modo, tendo-se desenvolvido o referencial teórico da pesquisa, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados para o alcance dos objetivos e a análise de possíveis diretrizes emanadas pelo CONARQ e pelo CIA como possíveis subsídios para elaboração de políticas de descrição.

5 RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se e analisa o CIA e o CONARQ e suas respectivas normas, as principais características concernentes a cada uma bem como seus objetivos e metas. Compreendem-se, os respectivos conselhos, como determinantes e fundamentais no percurso histórico e metodológico da organização e representação da informação em arquivos, na medida em que se dispõem a coadunar para uma descrição sistematizada entre arquivos.

5.1 O CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA): MISSÃO, OBJETIVOS E NORMAS

O Conselho Internacional de Arquivos foi criado em nove de junho de 1948, mediante apoio financeiro e intelectual da UNESCO, segundo o site do CIA. Sob a égide de:

[...] promover a gestão e uso de registros e arquivos, e a preservação do patrimônio arquivístico da humanidade em todo o mundo, através do compartilhamento de experiências, pesquisas e ideias sobre questões profissionais de arquivamento e gerenciamento de registros, e gestão e organização de instituições arquivísticas. (www.ica.org/en/mission-aim-and-objectives, 2019)

As primeiras ações se deram em 1988, ao longo desses trinta anos cinco normas e a, última e mais recentes, Records in Context (RiC).

As normas: ISAD(G) (Normal geral internacional de descrição arquivística); a ISAAR (CPF) (Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias); ISDF (Norma internacional para descrição de funções) e a ISDIAH (Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico), foram desenvolvidas pelo Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA (CIA/CBPN).

As normas instituídas pelo CIA seguem o objetivo de manter e efetuar alguns princípios da Arquivologia, como o de respeito aos fundos e também a organização com base na hierarquia estrutural ou funcional desse modo, as

normalizações se dão do nível mais geral para o específico. Do nível do fundo, série, dossiê/processo ao nível item documental (CIA, 2000).

A ISAD(G) “estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas” (CIA, 2000, p. 11) e foi a primeira norma a ser criada logo após a *Declaração de Princípios em Relação à Descrição Arquivística* enunciada pelo CIA. Ela é fruto de proposta do Canadá ao CIA de “elaboração de normas internacionais de descrição” (CIA, 2000, p. 11).

Nesta mesma norma afirmam que o objetivo da descrição é “identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. Expondo que isto é obtido mediante a “criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados.”

Essa norma poderia ser usada juntamente com as demais normas de um país, caso houvesse, ou servir de base para a elaboração de normas próprias, como ocorreu a NOBRADE (Norma brasileira de descrição arquivística).

Por sua vez a ISAAR (CPF) teve sua primeira edição datada em 1996 e a segunda em 2004. As diferenças entre as edições foram substanciais e resumidas da seguinte maneira pelo CIA:

A edição de 1996 continha três áreas: a Área de Controle de Autoridade, a Área de Informação e a Área de Notas. Esta edição contém quatro áreas: a Área de Identificação (semelhante à anterior Área de Controle de Autoridade); a Área de Descrição (semelhante à anterior Área de Informação); a Área de Relacionamentos e a Área de Controle (semelhante à anterior Área de Notas). [...] os elementos e regras das novas quatro áreas foram estruturados e esboçados com o objetivo de favorecer a compreensão de conceitos e melhores práticas no processo de documentar o contexto dos arquivos. (CIA, 2004, p. 9)

Congênere à ISAG (G), a ISAAR (CPF) tem como objetivo primordial:

Fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto de produção de documentos, possibilitando assim:

- o acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto de produção dos documentos associados a

descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;

- aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;

- a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições de relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudanças a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; e

- o intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes. (CIA, 2004, p. 12)

A norma seguinte produzida pelo CIA/CBPN, a ISDF, viria dar continuidade e maior aprofundamento aos princípios estabelecidos pela ISAAR (CPF). Esta norma trás em seu escopo a atenção à *função* “no contexto de produção dos documentos” (CIA, 2008, p. 9), bem como suas subfunções e subdivisões nas respectivas entidades coletivas.

A própria norma define *função* como:

Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações. (CIA, 2008, p. 13)

Devido à instabilidade das estruturas organizacionais a *função* fornece maior segurança ao uso da informação. Em virtude disso, possui potencial para servir como base a diversas atividades de organização da informação em Arquivologia. Como cita o CIA (2008, p. 11)

- uma base para arranjo, classificação e descrição de documentos;

- uma base para a avaliação de documentos;

- uma ferramenta para a recuperação e análise de documentos.

No âmbito específico da descrição podem servir com a possibilidade de se estabelecer sistemas mais flexíveis em descrição na Arquivologia:

- a) para descrever funções como unidades de um sistema de descrição arquivístico;
- b) para controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;
- c) para documentar relações entre diferentes funções e entre essas funções e as entidades coletivas que as exerceram e os documentos que geraram. (CIA, 2008, p. 11)

As normas de descrição apresentadas, até aqui, possuem em comum o trato à informação em suas variadas formas, aspectos e contextos. Visam uma compreensão interligada a nível internacional dessa. A penúltima norma criada pelo CIA, e próxima a ser apresentada, a saber, a ISDIAH, surgiu da necessidade de conectar a descrição dos documentos/informação às informações sobre seus respectivos produtores e custodiadores dessas, pois, segundo o CIA, “é essencial para fornecer aos usuários uma compreensão global do material arquivístico descrito” (CIA, 2009, p. 9). A ISDIAH permite:

- o fornecimento de orientação prática na identificação e contato com instituições com acervos arquivísticos e no acesso ao acervo e aos serviços disponíveis;
- a elaboração de diretórios de instituições com acervo arquivístico e/ou listas de autoridade;
- a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional e internacional.

Estas descrições podem ser usadas:

- a) para descrever instituições como unidades em um sistema de descrição arquivística;
- b) para funcionar como um ponto de acesso normalizado para instituições com acervo arquivístico em um diretório, sistema de informação arquivística ou rede; e/ou;
- c) para documentar relações institucionais e entre essas entidades e os arquivos por elas custodiados.

Nestas quatro normas apresentadas e revisadas ao longo de aproximadamente vinte e seis anos, já se cogitava a criação de uma norma única, que unificasse as já existentes e procurasse preencher as possíveis lacunas existentes nas demais. Um modelo conceitual internacional de descrição arquivística passou a ser estudado, um modelo que pudesse refletir a metodologia de normalização bem como as tecnologias disponíveis para isso.

Mas o que seria um modelo conceitual? Para Gueguen; Fonseca; Pitti e Grimouard (2013) “é uma técnica formal para representar os principais conceitos e as relações entre eles em um dado domínio do conhecimento” (p. 108). Desse modo, no domínio da Arquivologia isso quer dizer que as formas de representação mudaram nos últimos, especialmente, por conta da internet. Há uma nova forma de “fazer” e “reter” informação e a web é a principal fonte disso, há, portanto, uma necessidade de readaptar-se, reinventar-se, torná-la interoperável. Aspectos esses que ficaram conhecidos como “paradigmas pós-modernos”.

Sobre esse aspecto PASTOR-SÁNCHEZ & LLANES-PADRÓN (2017) enunciam:

La interoperabilidad semántica y los formatos de intercambio de datos están disipando las líneas de separación que existen entre los archivos, las bibliotecas, los museos y otras instituciones [...] los modelos conceptuales tienen como premisa fundamental facilitar la interoperabilidad entre registros de información de archivos, bibliotecas, museos y cualquier otro sistema de información. (p. 298)

Para esta missão foi formado e designado pelo CIA o Experts Group on Archival Description (EGAD) [Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA)]. Dentre as principais lacunas que se encontram em relação às normas Gueguen, Fonseca, Pitti e Grimouard (2013), membros do GEDA, esclarecem que as normas:

[...] não oferecem orientação sobre como as quatro normas podem ser aplicadas juntas em tais sistemas. Isso dificulta a compreensão das normas, assim como os benefícios econômicos e funcionais do desenvolvimento de sistemas nos quais os principais componentes da descrição sejam mantidos separadamente. (p.102)

Gueguen; Fonseca; Pitti e Grimouard (2013) membros do Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (GEDA), criado pelo CIA, afirmam que “a compreensão sobre a descrição arquivística tem continuado a evoluir desde que o CIA formalmente abraçou desenvolvimento de normas como parte de sua missão, em 1989” (p.101).

Esse grupo foi o responsável pelo desenvolvimento de uma norma que unificasse as normas já existentes permitindo e facilitando a interoperabilidade entre arquivos e centros de documentação. Em 2016 foi publicada a primeira amostra para avaliação da *Records in Context: A conceptual model for archival description* (RiC-CM) (CIA, 2016). A proposta dessa norma é uma mudança do aspecto de “Descrição Multinível” em que se baseavam as normas, em especial ISAD (G), para a “Descrição Multidimensional”. Quanto à questão multidimensional explica:

O modelo multidimensional, portanto, permite a descrição dos fundos, mas também vê os fundos existentes em um contexto mais amplo, em relação a outros fundos. Em uma abordagem multidimensional para descrição, os registros e conjuntos de registros, suas inter-relações com os outros, suas inter-relações com agentes, funções, atividades, mandatos, etc., e cada um com o outro, são representados como uma rede dentro do qual se situam fundos individuais. (CIA, 2016, p. 10, tradução nossa)

Dentre seus objetivos essenciais, a RiC-CM elenca:

- Management of Records (Gestão de Documentos)
- Preservation of Records (Preservação de Documentos)
- Ongoing Use and Reuse of Records (Uso e reutilização de registros/informação) (CIA, 2016, p. 6-7)

O que se pode observar, diante desses esforços e ações em torno de uma normalização a nível global, são atos continuados como os de Charles Jewwet no século XIX com a idealização de um catálogo universal do conhecimento mundial (Gueguen; Fonseca; Pitti e Grimouard, 2013). Como também as do advogado e documentalista Paul Otlet e Henri La Fontaine, respectivamente, no início do século XX (BARRETO, 2008) de criar O

Mundaneum, conhecida como a “Cidade do Conhecimento”, que serviria de base para o armazenamento do conhecimento produzido em todo o mundo. O que conhecemos hoje como “redes de informação” foi possível a partir desses ideais e esses ideais de organização e descrição da informação representam um dos modos práticos de atingir intuítos como os deles, hoje com o respaldo de técnicas aprovadas e testadas e com o auxílio da informática e tecnologias da informação.

Essas normas tiveram, em seu percurso, seus objetivos alinhados às questões mais urgentes em relação à representação na Arquivologia, tornando-se mais específicas no uso e descrição da informação, bem como procurando se adequar à realidade tecnológica/digital, a exemplo dos repositórios arquivísticos digitais como o software AtoM, o qual é um recurso de disponibilização das descrições na web.

5.1.1 O *Software* aberto de descrição do CIA: Ica-Atom (International Concil of Archives– Access To Memory)

O *software* AtoM (sigla para Access to Memory) é um sistema desenvolvido com a finalidade de facilitar e disponibilizar a descrição normalizada.

De acordo com FLORES (2014, p. 24)

é totalmente voltado ao ambiente web, com suporte a vários idiomas e se destina a auxiliar as atividades de descrição arquivística seguindo os padrões do ICA. Foi desenvolvido para ser utilizado em conjunto com outras ferramentas distribuídas sob a política de software livre, como o Apache, MySQL, Symfony, Qubit Toolkit, dentre outros. É disponibilizada gratuitamente para que as instituições tenham uma alternativa rápida e simples para dar acesso à sua documentação aos usuários.

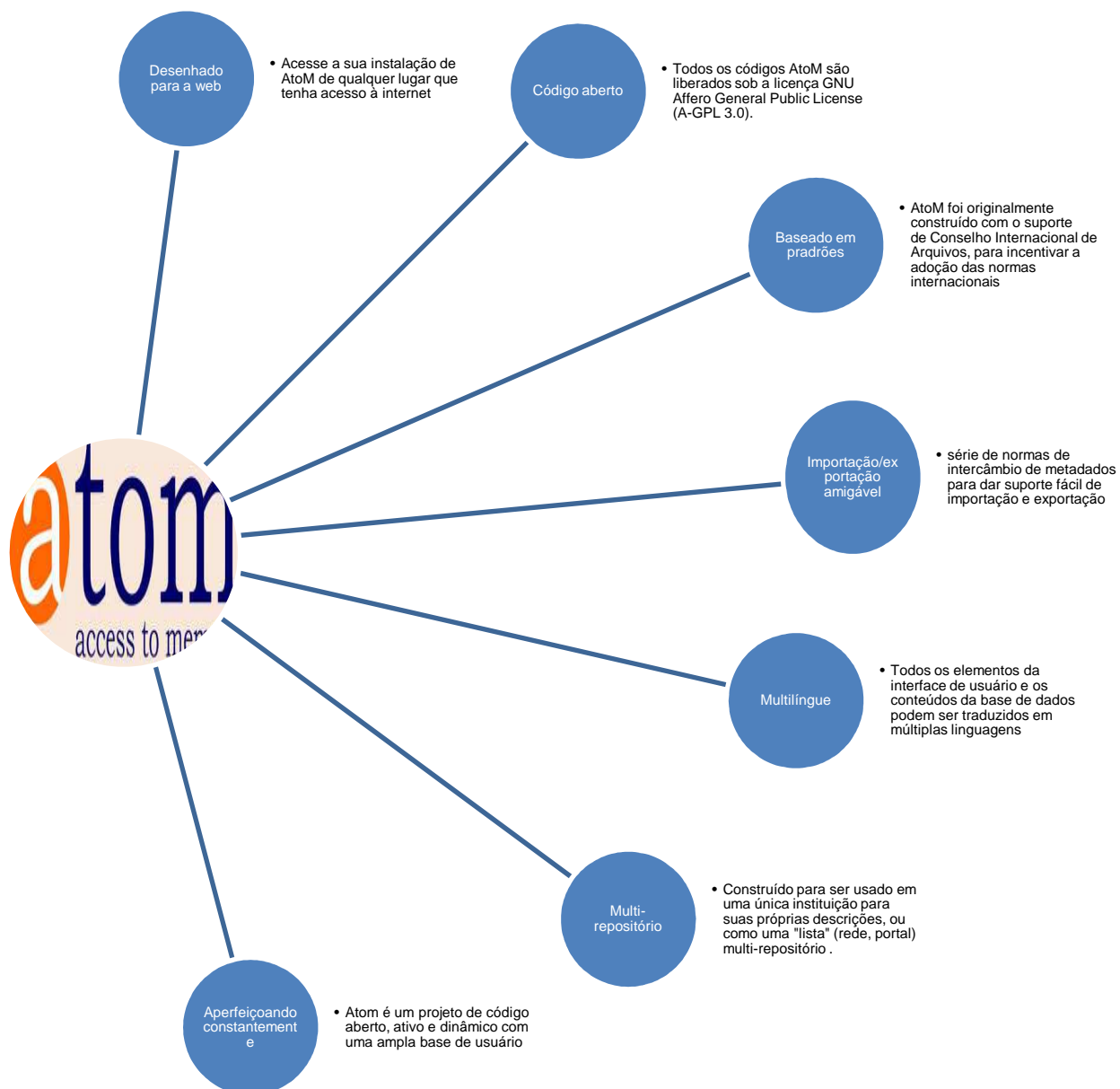
O *software* contempla as quatro primeiras normas do CIA e a Ruiz for Archival Description (RAD), o Describing Archives: a Content Standards (DACS), o Dublin Core Metadata Element Set, version 1.1 e o Metadata Object Description Schema (MODS) (MORAES, 2018).

Establece relaciones entre las descripciones (vincula registros de autoridad con descripciones de documentos, funciones e instituciones

de custodia). Permite incorporar (importar o enlazar) objetos digitais (fotografias o vídeos, entre otros). (LLANES-PADRON, 2016, p. 143-144)

O AtoM oferece a possibilidade de representar a documentação e os arquivos mediante a descrição e ainda torná-la aberta ao público em geral por meio do acesso remoto. A seguir apresentam-se suas principais características:

Figura 2 - Principais características do AtoM



Fonte: Elaboração da autora com base em: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>

Têm-se com o AtoM uma via de possível transformação em relação à organização e representação da informação e dos documentos nos arquivos permanentes.

5.2 O CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ)

O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, foi criado pela Lei de Arquivos nº 8.159 de 1991, é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional e, segundo a referida lei no art. 26, tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados. É também órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

De acordo com a página da instituição na web, o órgão tem, ainda, como finalidade “exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo (SITE CONARQ,?)”

A criação da primeira norma de descrição arquivística brasileira se deu devido o incentivo da participação do Brasil na revisão da segunda edição da ISAD(G). Para tanto era requerido que se traduzisse a norma e a divulgasse amplamente em seu país. Assumindo esse compromisso, o Arquivo Nacional publicou a tradução das normas ISAD(G) e ISAAR (CPF), em 1998 (CONARQ, 2006).

O Conselho Nacional de Arquivos criou, mediante a portaria n. 56, de 30/09/2001, a Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA), com a finalidade de “propor normas que, em conformidade com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF), fossem, após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo CONARQ e adotadas como normas brasileiras” (CONARQ, 2006, p. 9).

Assim instituiu-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística-NOBRADE, com o objetivo de “estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas” (CONARQ, 2006, p. 10).

A norma é compatível com as normas ISAD(G) e ISAAR (CPF), dentre as características que a distingue da ISAD(G) está o acréscimo de uma área, a área oito e mais dois elementos de descrição nas áreas: 6.1 e 8.1 (CONARQ, 2006).

Em relação às resoluções do CONARQ são encontradas algumas referências aos arquivos permanentes, à descrição e aos instrumentos de descrição em algumas resoluções, como seguem os exemplos:

A resolução **nº 2, de 18 de outubro de 1995** que dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas, no artigo 1º e 2º dispõe:

Art. 1º Os acervos documentais a serem transferidos ou recolhidos às instituições arquivísticas públicas, pelos órgãos e entidades do Poder Público, deverão estar organizados, avaliados, higienizados, acondicionados e acompanhados de instrumento descritivo que permita sua identificação e controle.

Art. 2º O instrumento descritivo mencionado no Art. 1º deverá conter os seguintes dados: órgão de procedência (responsável pela transferência ou recolhimento); órgão de proveniência (responsável pela produção e acumulação do acervo); tipo e número das embalagens utilizadas no transporte (containers, caixas, pacotes); tipo e número das unidades de acondicionamento; descrição do conteúdo, indicando, entre outras informações, o gênero dos documentos (textual, iconográfico, audiovisual, cartográfico, informático); e datas-limite dos documentos. (BRASIL, 1995)

Resolução **nº 3, de 26 de dezembro de 1995** que dispõe e aprova o **Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos** que tem por objetivo prestar orientação especializada aos órgãos integrantes do SINAR. No programa em anexo à resolução constam as diretrizes deste.

Em seu objetivo geral propõe-se à:

[...] prestar orientação especializada aos órgãos e entidades integrantes do SINAR, no sentido de promover a transferência de tecnologias adequadas e a difusão de normas e procedimentos quanto ao melhor gerenciamento de seus arquivos, visando à efetiva integração sistêmica e à modernização da rede de arquivos e privados do País. (CONARQ, 1995)

Dentre seus objetivos específicos pode-se destacar:

b) promover o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização e preservação de arquivos permanentes;
c) promover o intercâmbio e a integração sistêmica das atividades arquivísticas, envolvendo todas as fases do ciclo documental (corrente intermediária e permanente). (CONARQ, 1995)

E a resolução **nº 28, de 17 de fevereiro de 2009** que dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos

órgãos e entidades integrantes do SINAR e dá outras providências.

Art. 1º Recomendar aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, aprovada na 42ª reunião plenária do CONARQ, realizada no dia 1º de agosto de 2006, disponibilizada em pdf no sítio web do CONARQ, www.conarq.gov.br e publicada pelo CONARQ em 2006.

Art. 2º A NOBRADE estabelece, no Brasil, diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais, visando à padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras e a facilitação do acesso e do intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. (CONARQ, 2009)

O Conselho Nacional de Arquivos, desde sua criação pela lei 8.159 de 1991, tem trabalhado em prol de melhorar a qualidade dos arquivos nacionais. Isto pode ser observado tanto pela criação da NOBRADE quanto pela tradução das demais normas internacionais de descrição produzidas pelo CIA. E tem cumprido sua função de exercer orientação normativa aos arquivos.

Dentre estas orientações estão resoluções que funcionam como diretrizes para as atividades desenvolvidas nos arquivos correntes, intermediários e permanentes.

Compreende-se que a criação de políticas públicas de informação arquivística envolve articulações complexas e que necessitam de parcerias governamentais e institucionais. Segundo o Decreto nº 4.073/2002, que regulamenta a lei 8.159/91 conhecida como lei de arquivos, em seu § XV dispõe que devem ser incentivadas pelo Conselho Nacional de Arquivos ações voltadas a “articular-se com outros órgãos do Poder Público formuladores de políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, informação e informática”.

Portanto acredita-se que, no âmbito da representação em arquivos, ações em prol de políticas institucionais possuem elementos legislativos, normativos e tecnológico, inicialmente, suficientes pelas quais possam se direcionar.

Como se demonstrou, em capítulo anterior, a identificação do problema público é o principal motivador para a criação destas, e estas devem estar calcadas em bases consistentes por meio de medidas cuja eficiência tenha sido comprovada.

O CIA oferece parâmetros normativos, a exemplo das normas de descrição, instruções, como os *Statement of Principles Regarding Archival Description (Declaração de Princípios em relação à Descrição Arquivística)* e um sistema livre, o AtoM, para a realização da descrição, mediante as normas que contempla, e acesso remoto.

5.3 ELEMENTOS PARA SUBSIDIAR A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS A PARTIR DO CIA E DO CONARQ

A aplicabilidade das funções e atividades arquivísticas nos arquivos necessita, antes de tudo, do profissional arquivista no quadro funcional das instituições e empresas. Esta, sem dúvidas, é um fator determinante e essencial no início de todo processo de organização e representação documental. A partir dessa premissa pode-se partir para o estudo e pesquisa sobre a realidade institucional para que se possa formular um diagnóstico e com base neste dar início aos projetos e formulações das políticas organizacionais e de representação em arquivos.

Cabe ressaltar que, no plano institucional, cada realidade possui suas especificidades, o que leva a considerar estes elementos como subsídios norteadores desconfigurando-se, portanto, a percepção de “como fazer” que se possa dar a entender.

Dessa maneira, apresenta-se a seguir sistemática e resumidamente esses elementos já desenvolvidos no corpo desta pesquisa. Os elementos estão dispostos divididos conforme se demonstra na sequência:

Quadro 4 - elementos metodológicos e práticos para a Descrição Arquivística

NORMALIZAÇÃO: recursos e tecnologias	
CIA	CONARQ
ISAD(G)	NOBRADE
ISAAR (CPF)	Tradução: ISAAR (CPF)
ISDF	Tradução: ISDF
ISDIAH	Tradução: ISDIAH
RiC	
AtoM (multilíngue)	

Fonte: elaboração da autora. 2019

Os respectivos instrumentos normalizadores estão dispostos como uma ferramenta para a representação em arquivos em qualquer nível de especificidades e aprofundamento da descrição. Também dispõe de sistema livre para disponibilização da informação descrita, o AtoM.

Os instrumentos produzidos pelo Conselho Internacional de Arquivos - ICA – em sua maioria estão disponíveis em português por meio de traduções disponibilizadas pelo CONARQ.

Quanto aos elementos normativos, como abordados em capítulo anterior, podem ser destacadas as resoluções do CONARQ que dispõem direta ou indiretamente sobre a descrição em arquivos. Estas resoluções visam facilitar, mediante instruções, as atividades ligadas à organização e descrição dos documentos com o objetivo de torná-las facilmente recuperadas.

Quadro 5 - elementos normativos para instrução quanto à Descrição arquivística

INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
RESOLUÇÕES	DISPOSIÇÃO/FINALIDADE
Nº 2, de 18 de outubro de 1995	Medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituição arquivísticas públicas
Nº 3, de 26 de dezembro de 1995	Dispõe e aprova o Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos que tem por objetivo prestar orientação especializada aos órgãos integrantes do SINAR
Nº 28, de 17 de fevereiro de 2009	Adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do SINAR

Fonte: elaboração da autora. 2019

O Conselho Nacional de Arquivos, semelhantemente ao CIA, tem demonstrado que a descrição é uma fase crucial no processo de representação por meio de publicações técnicas, resoluções e traduções de normas, como se observou.

Quanto aos aspectos relacionados à instauração de políticas de descrição pode-se destacar que as seguintes principais noções rudimentares que se inserem nos elementos essenciais para a compreensão e pelos quais se fundamentam as políticas públicas. As representações a serem apresentadas neste campo deste relatório de pesquisa é fruto de todo processo

de busca bibliográfica e que se optou pô-los neste campo apenas por caracterizar não apenas os elementos constituintes ou definições, como já abordados no capítulo sobre políticas públicas, mas visa proporcionar o arcabouço metodológico em políticas públicas, levando em conta que o embasamento teórico já está concluído para o âmbito ao qual se delimitou esta pesquisa.

Quadro 6 - Atores em políticas públicas

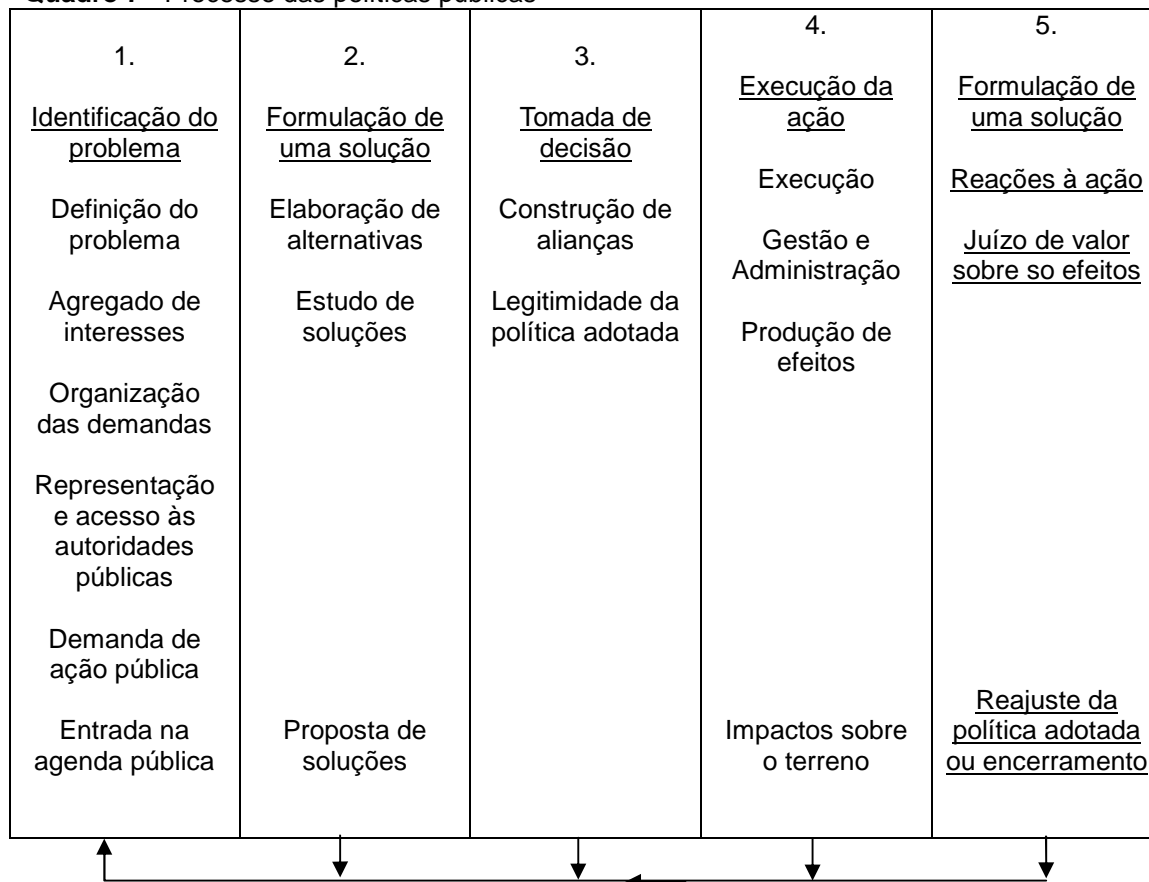
ATORES	DESCRIÇÃO
Atores fundamentais	Políticos e alta equipe administrativa. Presidente, governadores, prefeitos, ministros, secretários, senadores, deputados e vereadores
Partidos políticos	Tanto os de situação quanto os de oposição
Equipes de governo	Pessoas nomeadas para integrar equipes que assessoram políticos
Corpo técnico	Burocracia, construída por funcionários de carreira
Juízes	Poder judiciário
Mídia	Veículos de comunicação de massa (jornais, rádios, TVs, Internet)
Empresas	Corporações transacionais, pequenas e médias empresas
Sindicatos e associações profissionais	Organizações sindicais e de representação profissional
Organizações do terceiro setor	ONGs, entidades filantrópicas, fundações
Atores do conhecimento	Escritórios de assessoramentos legislativos, institutos vinculados a partidos políticos, organismos internacionais, centros de pesquisa
Grupos de pressão	Conjunto de indivíduos que procuram defender seus interesses junto aos órgãos de governo
Movimentos sociais	Movimentos de curta duração com objetivos bem determinados
Associações comunitárias	Sociedades de amigos de bairros, associações representativas de comunidades territoriais específicas (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos etc.)

Fonte: Dias e Matos (2017, p. 44)

Os atores políticos acima apresentados envolvem as mais diversas categorias de atores políticos, estas informações confirmam o modo plural de se fazer políticas públicas, pois embora seja pública sua implantação não está limitada à iniciativa pública, sendo antes destinada a beneficiar o público em seu escopo, independendo de serem os atores públicos ou privados, ressaltando-se a perspectiva institucional, neste caso arquivos e instituições

com acervo arquivístico.

Quadro 7 - Processo das políticas públicas



Fonte: Fernández (2008), p.504 (adaptado de Jones, 1984; Meny e Thoenig, 1992), apud, Dias e Matos (2017, p.67).

O ciclo do processo que envolve a formulação de políticas públicas envolve várias fases, como se pode observar no gráfico acima, essas fases se complementam e se fundamentam para uma efetiva implantação dessas. Observa-se, ainda, que essas fases funcionam como um espiral, pois, na medida em que se ajustam ou encerram dá-se sequencia a ao seu desenvolvimento e pode retomar novamente a novas formulações, reformulações e identificação de outros problemas, dando-se início a um novo ciclo.

Durce e Sousa (2013) ao discutirem sobre políticas arquivísticas institucionais elencam alguns pontos de fundamento para essas. Os pontos se destacam a seguir:

- reconhecimento da necessidade de sua elaboração;
- apoio da administração superior;
- eleição de premissas norteadoras;
- estudo da instituição como um todo e dos sistemas que a compõem;
- diagnóstico da situação da gestão de documentos e identificação das necessidades informacionais da instituição;
- declaração oficial de intenções da política;
- indicação de unidade político-administrativa responsável pela gestão da política;
- alocação dos recursos para o alcance de seus objetivos;
- envolvimento de todos os níveis institucionais;
- elaboração de manuais de procedimentos de outros instrumentos arquivísticos que orientem as ações;
- recursos necessários para investimento em estrutura física e tecnológica adequada aos objetivos da política;
- investimento em capacitação dos funcionários;
- adequação do quadro profissional da instituição frente às necessidades quanto a gestão de documentos. (DURCE e SOUSA, 2013, p. 39)

Os requisitos mencionados acima referem-se à políticas de gestão de documentos institucionais, a perspectiva desta pesquisa visa uma fase que na maioria dos casos não é contemplada pela gestão de documentos, pois a gestão de documentos comumente é aplicada às fases corrente e intermediária dos documentos, enquanto a descrição/representação é mais frequentemente realizada na fase permanente dos documentos. Por esta razão a proposição de buscar subsídios para uma política relacionada à descrição de documentos. Ainda assim, pode-se encontrar dentre os pontos destacados pelos autores elementos que são inerentes a qualquer implantação de políticas.

Tendo em vista as exposições realizadas e o problema da incompletude do processo de representação existente, acredita-se que um leque de possíveis soluções se abre para a resolução de algumas questões. Dentre estas se destacam: democratização da informação pública; fácil e livre acesso físico e digital; e bases legal, teórica e metodológica por quais se possam fundamentar.

A nível local estes elementos podem subsidiar a criação de políticas institucionais de descrição, considerando as especificidades institucionais e agregando isto a regulamentos e diretrizes propostos pelos órgãos em análise.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos abordados e observados, apresentou-se revisão teórica e conceitual da representação da informação destacando seu percurso histórico desde sua gênese. Contemplou a atualidade na literatura destas buscas. Cumprindo, desse modo o primeiro objetivo específico a que se propôs.

O segundo objetivo específico cumpriu-se em abordar as políticas públicas, ramo do Direito, compreendendo-as enquanto elemento de transformação social e institucional. Constatou-se que ainda que a inexistência de políticas nacionais de informação não é pressuposto, embora seja importante, para a criação destas no âmbito institucional e local, como nos setores menores da administração pública, a exemplo dos arquivos institucionais.

Para o cumprimento do terceiro objetivo específico apresentou-se o Conselho Nacional de Arquivos e o Conselho internacional de Arquivos, enquanto organismos que tem por finalidade instruir as instituições arquivísticas para a criação, organização, preservação e acesso aos documentos e à informação. Nesse ínterim, identificaram-se em suas publicações concernentes à descrição arquivística, normas de descrição internacional desenvolvidas pelo CIA que visam conceber uma efetiva relação entre arquivos por meio de uma padronização descritiva interoperável. Apresentou o AtoM, software livre para descrição arquivística desenvolvido pelo CIA com base nas normas de descrição arquivística desse, sendo um meio de não apenas de organização e representação de documentos e da informação, mas de tornar acessível a informação remota destacando, ainda, suas característica de possibilitar preservação aos documentos originais e em suporte físicos. Quarto objetivo identificou elementos teóricos, como apresentados e desenvolvidos nos capítulos teóricos, e práticos capazes de subsidiar a criação de políticas de descrição em arquivos. Nesse capítulo demonstrou-se, por meio de quadros representativos acerca dos elementos sobre a descrição arquivística, sobre os principais atores e processos na constituição de políticas públicas, abordando juntamente os elementos necessários para constituição de políticas arquivísticas institucionais, com base

em Durce e Sousa (2013) com foco na atividade de descrição.

Acredita-se que ações de ordem “inversa”, isto é, de cima para baixo, dos menores setores, em prol de organização e representação mediante as ferramentas que se tem podem repercutir em uma “pressão” muito maior a nível nacional, para assim se criarem bases e exemplos a partir da experiência deste e contribuir na formulação destas.

As articulações de que necessita uma política nacional de arquivos podem ser mais realizáveis se partirem de relações desenhadas em torno do compartilhamento de ideias, experiências, anseios bem como o intercâmbio, como expresso na ISAAR (CPF), entre instituições, sistemas e/ou redes.

Apresentou-se o Conselho Nacional e o Conselho Internacional de Arquivos bem como suas respectivas publicações normativas e resoluções sobre a descrição em arquivos e o *software* AtoM desenvolvido pelo CIA para descrição arquivística, cumprindo, assim, o segundo objetivo específico desta dissertação.

Destacam-se os elementos teóricos e conceituais no âmbito da representação da informação, da descrição, da normalização arquivística e das políticas públicas, bem com das políticas públicas em Arquivos como subsídios para a formulação de políticas de descrição em arquivos, acrescida dos parâmetros metodológicos consensuais desta atividade, as normalizações. Com isto fechando-se e cumprindo o terceiro e último objetivo específico.

Optou-se por usar a expressão “políticas de descrição em arquivos” ao invés de “políticas de representação em arquivos”, pois as atividades que constituem todo o processo da representação se encontram contempladas nas políticas de gestão de documentos, como é o caso da avaliação e classificação. Esta característica compartimentada entre teórico e prático, até mesmo as divergências conceituais e terminológicas existentes na Arquivologia, requerem atenção e debates específicos em seu torno, o que escapa dos objetivos desta pesquisa.

Com base no exposto constatou-se, mediante busca documental, que o Conselho Nacional de Arquivos e o Conselho internacional de arquivos dispõem de diretrizes para a representação descritiva em arquivos que podem ser utilizadas como subsídios para a elaboração de políticas de descrição em arquivos.

Desse modo, o papel do Conselho Internacional e Nacional de Arquivos, no âmbito das políticas de informação, de modo geral, é oferecer parâmetros normativos e regulamentadores, com foco nas atividades relacionadas à organização e acesso visando, no contexto contemporâneo o qual se convencionou chamar de “a era da informação”, oferecer subsídios às instituições com arquivo subsídios para o cumprimento de sua responsabilidade social e compromisso com a memória e a identidade.

O percurso traçado configura uma linha indicativa para basear possíveis ações concernentes às políticas de descrição em arquivos. Não representa um fim em si, mas, com base nas diretrizes apresentadas, abre espaço para novas perspectivas e reformulações para possíveis respostas para problemas antigos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 8, n. 15, 1 sem. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb>. Acesso em: 29/03/2019.

AMORIM, S; BOULLOSA, R. F. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala. **AOS**, Brazil, v.2, n.1, jan./jun. 2013, p. 59-69

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 231p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BARROS, T. H. B. **A representação da informação Arquivística: Uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro**. 2014. 222 f. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2014.

BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016. DOI: [10.5007/1518-2924.2016v21n46p33](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n46p33) Acesso em: 13 jun. 2019.

BARROS, T. H. B.; MARTINS, W. R. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. **Ágora**, v. 25, n. 51, p. 132-149, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12397>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento I: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação arquivística brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/coletanea/maio_2016/jan_2017/CONARQ_legarquivos_janeiro_2017_pdf.pdf>. Acesso em: 24/04/2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. Segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p.

_____. **ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias.** Tradução de Vitor Manuel Marques da Fonseca. 2 ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

_____. **ISDF: norma internacional para descrição de funções.** Tradução de Vitor Manuel Marques da Fonseca. 1 ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

_____. **ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico.** Tradução de Vitor Manuel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

COOK, M. Desenvolvimentos na descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p. 125-132, jan/dez 2007.

DAVANZO, L.; MOREIRA, W. A teoria do conceito e a representação da informação arquivística: breves reflexões. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105295>>. Acesso em: 13 jun. 2019

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEUTSCH, K. A natureza da política. In.: Norberto Bobbio et. al. **Curso de introdução à ciência política.** Unidade II, 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Editora Atlas, 2017.

DURANTI, L. [1993]. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria: the journal of the association of canadian archives**, Ottawa, n. 35, p.47-54.

DURCE, C. L.; SOUSA, R. T. B. Políticas arquivísticas institucionais. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50226>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

EASTWOOD, T.: Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In.: **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Tradução Anderson Bastos Martins. Org.: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas. In: COUTURE, C.; ROUSSEAU, J-Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A.: **Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial.** Tradução de Ricardo Aníbal

Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUEGUEN, G.; FONSECA, V. M. M.; PITTI, D, V.; GRIMOUARD, C, S. Para um modelo conceitual internacional de Descrição Arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, Nº 2, p. 100 – 116, Jul./Dez.2013.

HEDSTROM, M.: Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In.: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins. Org.: HEASTWOOD, T.; MACNEIL, H. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

HERRERA, A. H: **Archivística general: teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

INTERNATIONAL CONCIL ON ARCHIVES. **Records in contexts: a conceptual model for archival description**. Ottawa: Experts Group on Archival Description, Draft v. 0.1. 2016. Disponível em: <https://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model>. Acesso em: 01/03/2019.

JARDIM, J. M.: **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1995.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

LIMA, J. L. O; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian et al. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4, 2012. p. 21-48.

LLANES-PADRÓN, D. *Las normas luso-brasileira de descripción archivística*. // **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**. 10:1 (2016) 27-38. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4938>. Acesso: 08/04/2019.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 3. Ed. Brasília: Annabel Lee, 2013.

MORAES, H. A. R. **Records in Contexts – a conceptual model for archival description (RiC-CM): análise da proposta de um padrão internacional integrado de descrição arquivística**. 2018. 93 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10520/PPGCI_Mestrado_Humberto_Moraes.pdf?sequence=1&isAllowed=y

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php>. Acesso em: 28/03/2019.

PASTOR-SÁNCHEZ, J.A; LLANES-PADRÓN, D. Records in context: El camino de los archivos hacia la interoperabilidad semântica. **Anuario Think Epi**, v. 11, PP. 297-304. 2017

RIBEIRO, F. do C. **Análise de Risco: uma metodologia a serviço da preservação digital**. Recife, 2012. 285 p.: il.: 30 cm. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Ciência da Informação, 2012.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2, 2003. p. 210-230.

RODRIGUES, M. M. A.: **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROUSSEAU, J; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Varona - Salamanca: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Trad. Nilza Teixeira soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, I. O. S. **A organização e a representação do conhecimento no domínio da arquivística** / Irisneide de Oliveira Souza Silva. – Marília, 2012. 193 f.; 30 cm. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

SITE: ATOM: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>. Acesso em: 30/03/2019.

TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012.

YEO, G.: Debates em torno da descrição. In.: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins. Org.: HEASTWOOD, T.; MACNEIL, H. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.